



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 49ª
(QUADRAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 31 DE MAIO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Liliane Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 105, de 7/6/2011, juntamente com a ata sucinta da 49ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 46ª Sessão Ordinária;

– Ata da 47ª Sessão Ordinária;



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	05	2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

– Ata da 48ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passe-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, venho a este microfone hoje para manifestar uma grave preocupação.

Tenho solicitado várias informações a vários Secretários do Governo, o que é um direito constitucional, e não as tenho obtido. Além de estar previsto na Constituição Federal, temos uma lei federal e uma lei distrital de minha autoria que disciplinam este tema: que os agentes públicos, os secretários têm até 30 dias para responder aos questionamentos, aos pedidos de informações de parlamentares, ou seja, de qualquer cidadão. Lembro que os parlamentares, Deputado Chico Vigilante, não têm nenhuma prerrogativa diferente da de um cidadão comum, o que é bom.

No próximo dia 2, teremos uma audiência pública para tratarmos da LDO. Já fiz, antevendo que teríamos esta audiência pública, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns questionamentos ao Secretário da Receita, sobre os benefícios concedidos às empresas, aquelas renúncias fiscais que o GDF tem oferecido ao longo desses anos.

O motivo do meu pedido de informações é porque, no ano passado, esse quadro veio à Câmara Legislativa inflado em um valor de quase um bilhão de reais. Não veio um valor correto. Como votar a LDO sem sabermos exatamente o que estamos votando, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. que é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças? Fiz esse pedido de informações, mas elas não chegaram até hoje. Espero que o Secretário de Fazenda possa trazer essas informações no dia 2.

De qualquer sorte, ingressei também na Justiça com um pedido para que essas informações sejam a mim fornecidas, mas, por esse meio, sei que elas não chegarão a tempo para uma votação com conhecimento, correta; para que façamos uma votação, do meu ponto de vista, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não havendo como fazer um voto correto, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como fazer um voto correto na Lei Orçamentária? Penso que existe todo um desacerto, que, espero, seja corrigido até o dia da audiência pública.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Deputada Eliana Pedrosa, eu gostaria de deixar registrado que esse foi um dos assuntos discutidos na reunião da CAF. Não somente os requerimentos, Deputada. Em vários deles, tem sido desobedecida até a nossa Lei Orgânica. Cabe, sim, crime de responsabilidade. Acho que é uma desconsideração com este Parlamento, que é obrigado a responder a um requerimento recebido. Quando recebe uma indicação, também. Temos um trabalho feito por todos os parlamentares. É coletada uma indicação, que é posta no papel, passa pelas comissões, é aprovada, mas não temos sequer uma resposta. Não só do que é obrigatório. Eles já não estão cumprindo o que é obrigação, que é o mínimo, e estão sendo punidos por crime de responsabilidade.

V.Exa. tem todo o direito de entrar com esse pedido, para que tenhamos as informações necessárias. O que está acontecendo, não somente em nível de requerimento e de indicação, é um desrespeito tanto com os Deputados de Oposição, quanto com os Deputados da base, que têm um trabalho parlamentar, mas não conseguem dar respostas de qualidade nem a sua base nem à comunidade que vem aqui deixar suas reivindicações.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

Acho que não é uma questão de desrespeito ao parlamentar, mas ao povo brasileiro e ao povo brasileiro.

Quero trazer dois outros assuntos, dos quais eu não poderia me furtar. Um deles diz respeito a um assédio moral sofrido por uma servidora pública da Administração de Águas Claras. Por não ter cedido a esse assédio moral, ela foi exonerada, Deputados Agaciel Maia, Chico Vigilante, Prof. Israel Batista, Olair Francisco e Dr. Michel.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada Eliana Pedrosa, se há uma coisa que eu, particularmente, não aceito, é o assédio moral e o assédio sexual. É inaceitável! Sei que V.Exa. não vai aqui revelar o nome da pessoa – nem deve.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não posso, porque o processo está correndo em segredo de justiça, no Ministério Público.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Assumo o compromisso de, depois, conversar pessoalmente com V.Exa. e, se preciso, com o Governador Agnelo Queiroz. Providências serão tomadas, e esse tipo de irresponsabilidade, de cretinice – esse é o nome correto – não vai acontecer. Portanto, será reparada a situação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

dessa servidora. É inaceitável tanto o assédio moral, quanto o assédio sexual. Ninguém pode aceitar esse tipo de coisa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada Eliana Pedrosa, concordo com V.Exa. e com o Deputado Chico Vigilante. Acho que temos de tomar uma providência. Não somente V.Exa., mas este Parlamento como um todo. Acho que devemos elaborar uma moção, a fim de que o Governador repare esse fato e exonere o assediador o mais rapidamente possível. Estão se invertendo os papéis: as pessoas assediadas estão sendo até desprestigiadas por estarem denunciando.

Conclamo nossos pares a elaborarmos uma moção, a fim de que o Governador repare a injustiça feita com essa servidora e, em vez de exonará-la, exonere aquele que é o assediador. Garanto que, em se tratando de Águas Claras, nosso nobre Deputado Chico Leite tem uma ascensão sobre aquela situação lá. Eu, por saber que ele é um paladino da justiça, com certeza, ele já deve ter tomado as providências cabíveis. Se não tomou, é porque não chegou ao conhecimento dele, pelo pouco que eu o conheço. Mas nós todos aqui poderíamos nos unir em prol de fazermos justiça a essa servidora e fazermos justiça também com esse cidadão, se é que podemos chamá-lo de cidadão.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, isso é muito grave. O Parlamento tem que tomar uma decisão imediatamente. A Comissão de Direitos Humanos tem que agir, Deputada Celina Leão, tem que abrir uma sindicância, tem que ir ao Ministério Público, onde está isso correndo em segredo de justiça, ir atrás da servidora, tomar uma providência, pegar esse cabra safado e dar no mínimo um aperto nele. Eu sou seu suplente; se a senhora tremer, acorda aí que eu assumo e pego esse cabra sem vergonha.

Muito obrigado, Deputada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Deputada, eu quero parabenizá-la pela coragem de denunciar o fato e dizer que, se depender de mim, ele sai daqui direto para uma delegacia ou para a cadeia, porque lugar de vagabundo é na cadeia. Pode contar com o nosso apoio, porque quem age dessa forma tem que ser punido da forma mais rigorosa possível. Conte com a gente, enquanto cidadão, enquanto policial, enquanto parlamentar. V.Exa. tem o nosso integral apoio. Parabéns!

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão do orador.) – Primeiro, respondendo aqui à pergunta do Deputado Olair Francisco: se tem uma coisa que nós temos aqui é coragem nesta Casa, mesmo diante de tantas perseguições nós temos coragem. Ainda mais num ato como esse, com mulheres. Eu sou defensora das mulheres. Eu acho que a Comissão está à disposição de V.Exa. para o que V.Exa. precisar.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para trazer mais uma denúncia também: de assédio moral contra o Administrador do Gama. Vou dar nomes, viu, Deputada? Contra o Administrador do Gama. Em uma reunião pública, onde uma representante do Setor Leste, a Presidente da Associação do Setor Central havia feito uma pergunta ao administrador da cidade a respeito do que haveria de ser construído em um lote lá. O administrador da cidade levantou e respondeu que não iria falar com ela porque ela era uma rorizista, que não iria dar resposta para ela. Isso para mim é fascismo. O administrador tem que dar resposta, independente se ela é rorizista, se ela é petista, se ela é do PV ou de qualquer partido, porque ele é um agente público. Eu trago aqui essa denúncia hoje. O nome dela é Cirene. É uma denuncia grave. Isso foi feito na frente de várias outras lideranças do Gama.

V.Exa., como parlamentar do Gama, como Presidente desta Casa, registre isso porque isso virá também pela Comissão de Direitos Humanos, porque ela falou que faria o registro nessa comissão. Isso é gravíssimo! Isso para mim é fascismo. Isso não tem nada de democrático.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Parabéns a V.Exa. por mais uma vez trazer um tema relevante, por ter a coragem de defender a sociedade. O nosso papel neste Parlamento é prezar, resguardar o direito das pessoas, resguardar a livre liberdade, mas acima de tudo reparar os males que são feitos e os erros que são cometidos no dia a dia.

É um agravante muito sério, o Deputado Dr. Michel colocou muito bem. É preciso fazer uma moção direto ao Governador e esse caso tem que ser reparado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

imediatamente. Eu tenho certeza de que o Deputado Chico Vigilante, como Líder da bancada do Governo, como representante do Governo nesta Casa, levará esse caso ao Governador imediatamente. Estamos juntos com V.Exa. Parabéns pela colocação.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Por fim, eu quero pedir ao meu colega Deputado Chico Vigilante, pela sua história combativa de luta pela transparência, que possa também trazer a esta Casa as suas explicações sobre o que vem sendo noticiado pelo *Jornal de Brasília*. Eu acho que todos nós que estamos num cargo público estamos sujeitos a críticas, a pessoas que nos apontam erros, mas também, pela investidura do cargo que nós temos – público –, nós devemos e eu tenho certeza de que V.Exa. haverá de trazer as explicações.

Obviamente uma pessoa ou uma empresa que contribua com a nossa campanha ou é uma pessoa conhecida nossa ou é uma pessoa que tem um interesse, e tenho certeza de que V. Exa. poderá trazer explicações a esta Câmara. Este é um momento em que nós temos até o Ministro Palocci apresentando as suas explicações junto à Procuradoria-Geral da República, então eu penso que V.Exa. também poderia – pelo seu passado, pela sua história, por tudo que nós acompanhamos da sua trajetória, seria muito importante – deixar as suas explicações na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. sabe que tenho muito apreço por V.Exa., e quando a Deputada Jaqueline Roriz teve denúncias contra ela, eu pedi que fossem esclarecidas. Mesmo sendo minha irmã, dolorido, pedi que ela explicasse publicamente o que havia ocorrido.

Então, hoje, da mesma forma carinhosa, eu faço com V.Exa. também: peço que explique a esta Casa e à população do Distrito Federal, V.Exa. que foi pautado pela ética e pela transparência. O que aconteceu? O que é esta empresa que ajudou V.Exa. na campanha? O que ela faz? Obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, veja bem, V.Exa. sabe que eu não deixo absolutamente nada sem resposta. V.Exa. é a primeira parlamentar a falar nesta Casa hoje. Se eu tivesse sido o primeiro, eu já teria falado sobre esse assunto. Estou aqui exatamente para falar desse assunto, porque comigo nada fica sem resposta, nada! Absolutamente nada fica sem resposta!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Eu tenho certeza disso, Deputado Chico Vigilante. Agora, também, como a primeira a falar, eu não poderia ignorar o que está sendo noticiado na cidade. Eu acho que V.Exa. sabe do respeito que lhe tenho, e até por esse respeito e até por esse carinho, como disse a Deputada Liliane Roriz, é que venho a público pedir as suas explicações, até para que todos nós possamos estar do seu lado, apoiando-o neste momento, que acho que é um momento crítico para todo mundo que tem um cargo público. Todos nós estamos sujeitos a isso, quando erramos e quando não erramos, até.

Eu quero só complementar, quero voltar à minha fala, porque eu não vi nenhum pedido de intervenção: sobre um direito constitucional, um direito da Lei Orgânica. Há uma lei federal e há uma lei local. São 4 institutos legais que estão sendo desconhecidos, quando a gente pede informação e não recebe.

Eu também estou protocolando um pedido na CCJ, e aí peço aos meus colegas, em especial ao Deputado Olair Francisco, que tem sempre se pautado nessa questão importante da legalidade dentro da CCJ, assim como o Deputado Chico Leite, para que possam apreciar isto: a falta de resposta dos Secretários aos pedidos de informação.

Faço também um pedido especial ao meu Presidente da CEOF: não tenho como votar a LDO, porque no ano passado esse quadro de renúncias veio inflado em um bilhão de reais! Nós não estamos falando de 5 nem de 10 reais, não! Estamos falando de um bilhão de reais! E a Secretaria de Fazenda foi incapaz, desde o início do ano, de dar uma resposta a esta Casa, que é uma resposta à sociedade, ao cidadão do Distrito Federal. É impensável que você tenha que recorrer à Justiça com 4 institutos legais sendo desobedecidos da Constituição, até uma lei distrital.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Respondendo a V.Exa., eu informo à Casa que nós acrescentamos, na aprovação do parecer preliminar, pela admissibilidade da LDO no início da tramitação. Todas as questões levantadas por V.Exa. foram encaminhadas ao Poder Executivo.

Acrescento ainda que agora, dia 2 – quero comunicar isto a todos os parlamentares –, no dia 2, quinta-feira, nós teremos uma audiência pública com os membros do Poder Executivo – inclusive, por solicitação de V.Exa., nós antecipamos das 10h para as 9h da manhã, para que haja tempo suficiente –, para que o Poder Executivo possa prestar todos os esclarecimentos, não só para os Parlamentares, como também para a assessoria.

Então, estamos pautando os trabalhos da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças baseados na exigência de que todas as informações venham do GDF da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

maneira mais transparente possível; e não só os parlamentares, como também as assessorias, possam tirar todas as dúvidas.

Portanto, eu gostaria de aproveitar a oportunidade exatamente para convidar a todos para essa audiência pública que irá discutir a LDO, que se dará nesta quinta-feira, às 9h da manhã.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Ainda sobre a questão do Deputado Chico Vigilante, eu iria fazer um aparte sobre o pronunciamento de V.Exa., mas como o Deputado disse que tem muita coisa para falar, por respeito a S.Exa., eu aguardarei o pronunciamento do Deputado. Obrigada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Só para esclarecer aos deputados que V.Exa. falou durante 20 minutos, e eu serei paciente com todos os parlamentares.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Claro, no seu comunicado de Líder, por 20 minutos, com os apartes dos demais parlamentares. Apenas para que todos tenham conhecimento e possam ter a mesma paciência quando os outros Líderes estiverem aqui fazendo uso da palavra. E que permaneçam no plenário para que possamos, depois que terminarem os Comunicados de Líderes e de Parlamentares, entrar nas votações na Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria que todos os deputados deste plenário, todos e todas, tivessem a mesma tranquilidade para falar de dinheiro de campanha como eu tenho. Porque se tem uma coisa que eu não fiz foi caixa 2. Eu não fiz caixa 2, mas sabemos que tem gente que fez. Nós sabemos que tem gente que não declarou, como eu declarei, tudo o que recebeu. Eu declarei tudo: o endereço, o CNPJ das empresas, as que fizeram transferência *on-line* foram diretamente para o COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Pois é assim: acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) — todos que têm um mínimo de experiência sabem —, vai direto para o COAF. Portanto, é assim que eu ajo. Teve gente que quis me dar financiamento e eu não quis, como do setor de transporte e outros. Agora, fiz tudo dentro da lei. Teve gente que não fez dentro da lei, mas eu fiz. Estou sendo atacado porque fiz as coisas de acordo com o que determina a legislação. Estou sendo atacado, Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Infelizmente, o *Jornal de Brasília*, que tinha uma história nesta cidade — por lá passaram um Luís Gutemberg, um Hélio Doyle, um Renato Riella, uma Ana Dubeux, mas infelizmente esse jornal — hoje eu digo aqui — está a serviço do crime organizado no Distrito Federal.

Agora V.Exas. irão entender por que eu estou sendo atacado: eu estou contrariando os negócios do Sr. Marcos Lombardi. Fui eu, Deputado Chico Vigilante, quem teve a coragem, em dezembro do ano passado, Deputada Eliana Pedrosa, de denunciar e impedir uma negociata do Sr. Marcos Lombardi com a WTorres, uma empresa imobiliária de São Paulo. O Sr. Marcos Lombardi tinha vendido uns imóveis dele, ali na divisa do Distrito Federal, e botou a WTorres no negócio. Expediram 100 milhões, Deputado Olair Francisco e Deputado Agaciel Maia, de títulos imobiliários através da BRB Distribuidora! E fui eu quem impediu isso, porque eles fraudaram documentos, inclusive documentos fraudados dentro da Caixa Econômica Federal. Buscaram um perito que não existia.

Portanto, de fantasma o Marcos Lombardi entende; eu, não. O Marcola entende disso; eu, não. Daí, eu denunciei, falei por telefone, na época, com o Governador Rogério Rosso, disse o que estava acontecendo. Os funcionários da BRB Distribuidora fizeram a denúncia — eu os levei para que fizessem a denúncia ao Ministério Público. A Caixa Econômica encaminhou para a Polícia Federal. E está sendo investigada, em segredo de justiça, pela Polícia Federal.

Nós temos mais embates. O Marcos Lombardi, para quem não sabe, o Marcola, é dono da rede Gasoline de Combustíveis. E hoje eu tenho dúvidas se é mais pernicioso esse Marcola ou aquele que está preso. Até acho que esse Marcola é mais pernicioso do que aquele que está preso. Quando eu enfrentei o cartel dos combustíveis, eu sabia o que eu estava enfrentando. Eu sei com quem eu estava mexendo.

Agora, o que é lamentável, Deputada Eliana Pedrosa, é que ele pegue um jornal — isso não é liberdade de imprensa — e use, Deputado Wellington Luiz, da maneira que está usando. Porque hoje sou eu, mas amanhã, qualquer um aqui que tiver a coragem que eu tenho, de enfrentar e atrapalhar os negócios sujos dele, ele fará os mesmos ataques.

Ele não passou aqui 15 dias atacando a Deputada Erika Kokay? Ou ele não atacou o próprio jornalista Ronaldo Junqueira, que é dono do Grupo Comunidade, quando o Ronaldo Junqueira denunciou, Deputada Eliana Pedrosa, a negociata que foi a compra daquele terreno do *Jornal de Brasília*, que foi vendido não por causa do jornal, foi vendido para fazer a transformação do terreno que vale milhões? E V.Exa. sabe disso. Quando o Ronaldo Junqueira ousou denunciar, a denúncia foi para a primeira página do *Jornal de Brasília* também.

Eu tenho pena dos profissionais — e me solidarizo com eles — do *Jornal de Brasília*. Eles me conhecem. O Eduardo Brito, a Maria Eugênia me conhecem há mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

de 30 anos e sabem que, se tem uma questão por que eu primo, é a de ir pelo caminho certo.

Portanto, Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa., que é uma mulher inteligente, sabe que quem quer fazer malandragem, faz caixa 2. Ou não é? Se eu quisesse fazer malandragem, eu teria pegado o dinheiro do caixa 2, ninguém ia ver. Pegava o pacote de dinheiro, ninguém via, e ninguém estaria falando disso, Deputado Agaciel Maia. Eu declarei, está lá declarado!

Agora, eu desafio qualquer um dos deputados aqui, que venha aqui e diga que, quando alguém ofereceu dinheiro para a sua campanha, disse: "Me dá a tua declaração de renda, deixa eu verificar se você realmente pode contribuir, porque se você não estiver com a sua declaração do imposto de renda aqui, eu não aceito." Quem fez isso? Ninguém fez! Porque não é obrigado, não é lei, não é necessário. Cabe ao Ministério Público, posteriormente, verificar se a empresa que fez a doação tinha condições de fazer ou não.

É por isso que tem a quebra, segundo o próprio jornal disse, de 1.450 empresas. Quebraram o sigilo fiscal para saber se elas podiam doar. Quem doou para mim, eu não quero saber se ele tinha ou não condições de doar. Eu declarei que ele doou, eu fiz a minha parte.

Agora, Deputada Liliane Roriz, talvez eu também seja o único Deputado que devolvi dinheiro, Deputada Eliana Pedrosa. Porque houve uma empresa de comunicação que fez o depósito, e no momento em que caiu esse dinheiro na conta, nós verificamos que aquele dinheiro não poderia, pela legislação... Eu não devolvi para a empresa, não, porque não é permitido devolver para a empresa. Eu comprei uma DARF e deposei para o Tesouro Nacional, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que foram devolvidos para o Tesouro Nacional. Eu fiquei com pena, porque eu estava precisando daquele dinheiro. Eu estava precisando muito daquele dinheiro! Eu precisava do dinheiro, mas eu não podia pegá-lo, senão eu estaria enrolado com a Justiça Eleitoral.

Portanto, eu procuro andar pelo caminho certo, porque eu enfrentei a ditadura. Eu fui investigado pelo Serviço Nacional de Informações — SNI, eu sou daquele tempo, e nunca pegaram nada contra o Chico Vigilante. Enfrentei o famoso Senador Luiz Estevão, e nunca pegaram nada contra o Chico Vigilante. Não é o Lombardi quem vai pegar. Não é o Marcola quem vai pegar, Deputado Patrício, apesar de ele dizer que está me vigiando, vigiando os meus passos.

Outro dia ele noticiou com quem eu estava almoçando. Onde eu almoço é público, onde eu tomo café é público, com quem eu converso é público. Eu não converso em uma sala o que eu não posso falar em público. Mas o Marcola usa o jornal, e eu não tenho jornal. Se tivesse, não faria o que ele está fazendo, porque é canalhice.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Se V.Exas. lerem com cuidado as matérias, aquelas fotos daquele tamanho é cinismo, sabe? Cinismo puro. Apontem o crime. Onde está o crime, se está declarada e aprovada a contabilidade? Está declarada, não fiz escondido. Não peguei mochila de dinheiro para ser fotografado ou para ser filmado por ninguém. Isso eu não faço. Peguei transferência *on line* e declarei na prestação de contas. Está lá, é pública a minha prestação de contas, para toda a sociedade tomar conhecimento. É pública!

Mas o Marcola, a cada momento, terá resposta. Digo aqui, Deputada Eliana Pedrosa, que eu não tenho problema nenhum com os profissionais. Eu tenho pena dos profissionais, muitas vezes com salários atrasados, porque ele gosta de atrasar o salário também. Sei até que o negócio dele não é jornal. O negócio dele é aquele lote ali em que ele quer fazer uma transformação. Não conseguiu ainda. Quer fazer um arranha-céu de lojas para lucrar mais. É esse o Marcola. Mas eu não tenho medo dele. Disputo com ele em qualquer terreno. Não tenho jornal para fazer o que ele está fazendo contra a minha honra, mas estou buscando a justiça, assim como já ganhei de outro aí que foi o *DF Notícias*, que disse que eu era nazista. Estão me devendo hoje 200 mil reais, mas não consigo receber, porque infelizmente esse tipo de gente coloca tudo em nome de laranja.

Contra o Marcola, hoje mesmo já ingressei com as ações. Contra o pobre do jornalista que foi obrigado por ele a assinar a matéria, eu não tenho problema nenhum. O jornalista foi obrigado! V.Exa., Deputada Liliane Roriz, que é jornalista, sabe: ou assina a matéria ou perde o emprego. O meu problema não é com o jornalista nem com os outros donos dos jornais. O meu problema é com o Marcola, porque é canalha. Esse é o meu problema. E esse enfrentamento eu vou fazer. Vou pagar o preço de fazê-lo, mas enfrento. E digo desta tribuna: enfrento o Marcola em qualquer terreno, onde quer que seja. Onde ele escalar, nós vamos para o embate, porque não tenho medo dele, porque não tenho compromissos escusos, porque não tenho rabo preso com ninguém. Com ninguém!

Mas ele disse que era uma série. Ele próprio diz na matéria que a empresa doou 600 mil reais. Cem mil reais foram para mim e estão contabilizados. Que ele diga quem são os outros e publique as fotos do mesmo tamanho que publicou na minha. Que ele coloque a dos outros; diga quem são os outros e coloque as fotos do mesmo tamanho, porque eu contabilizei. Os outros eu acredito que contabilizaram também, porque ele pegou do Tribunal Eleitoral. Se não fosse contabilizado, não estava lá. Eu contabilizei cada centavo. Portanto, se é por aí que querem me pegar, não vão pegar nunca, porque eu fiz direito, Deputada Eliana Pedrosa, como V.Exa. fez, que foi declarar. Quem quer fazer direito, declara. Quem não quer faz caixa 2, e aí fica com o rabo preso, fica sendo prisioneiro de quem deu dinheiro para o caixa 2, porque cada vez que a pessoa tentar fazer alguma coisa, quem doou ao caixa 2 vai pressionar. Eu fiz de público.

Até acho, Deputada Eliana Pedrosa, que é um mau negócio para quem doou dinheiro para a minha campanha, sabendo o tanto que eu sou polêmico, sabendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

que eu coloquei tudo na prestação de contas, não haverá como intermediar nada para quem doou para mim na campanha. Não é um bom negócio. Também acho que é por isso que devemos ter um financiamento público de campanha, para acabar com esse tipo de coisas, de quererem inventar escândalo onde não existe.

Qual é o escândalo? Escândalo de ter declarado que eu recebi, de estar contabilizado, de estar aprovado o que eu recebi? Isso não é escândalo. É escândalo na cabeça doentia do Sr. Marcos Lombardi, o Marcola, que é mais nocivo que o Marcola que está preso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aproveitar esta oportunidade apenas para prestar um esclarecimento a respeito do desconto do IPTU, assunto que tem sido veiculado em alguns *blogs* e jornais da cidade, para explicar o que realmente está acontecendo.

Há um projeto da Deputada Liliane Roriz que tramitava, a respeito de um desconto de 7,5% no IPTU do exercício de 2010. Esse desconto de 7,5%, aprovado pela Câmara no ano passado, foi vetado pelo Governador Agnelo no início do ano. No dia 3 de maio, esta Casa manteve o veto do Governador. O Regimento Interno da Casa, em combinação com a Lei Orgânica e a Constituição Federal, diz que, quando uma matéria é rejeitada dentro do exercício, ela só pode voltar através de um projeto novo, com assinatura da maioria absoluta dos Deputados, ou seja, no mínimo 13 Deputados.

Em decorrência disso, foi duas vezes pedida vista do processo na Comissão, e eu expliquei à Deputada Liliane Roriz que nós tínhamos um problema de ordem técnica e jurídica na apresentação do projeto de S.Exa. Hoje, na reunião, eu fiz questão de chamar o Itamar e outras pessoas — o Secretário da Comissão — na presença de todos os membros da Comissão, para discutir exatamente se poderíamos apresentar um substitutivo que era do Deputado Aylton Gomes, no qual S.Exa. queria superar esse obstáculo com uma emenda substitutiva ao projeto, com 13 assinaturas. A conclusão foi de que, juridicamente, também isso não podia ser feito.

Então, eu queria deixar esclarecido isso, para não passar a ideia de que o Presidente da Comissão ou a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças estão embarreirando alguma matéria ou postergando-a sob um argumento que não seja o argumento jurídico e técnico, de acordo com o Regimento, com a Lei Orgânica e com a Constituição brasileira.

Feitos esses esclarecimentos, quero dizer que, apesar de termos vários colegas aqui da área de Segurança, nós tomamos conhecimento ontem, Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Patrício, de um fato preocupante que está acontecendo aqui no Distrito Federal, mais precisamente no Centro de Ensino Fundamental nº 1 do Riacho Fundo II. O Conselho Escolar daquele estabelecimento de ensino se reuniu para debater sobre a segurança naquela instituição, tendo em vista que a Sra. Diretora, Profa. Suzimara Mamédio, está recebendo ameaças, e não só ela, mas também os alunos, professores e serventuários da educação. Esse fato nos preocupa na medida em que as ameaças são de tiroteio e arremesso de bomba contra as pessoas que se encontram nas dependências da escola.

Ao tomarmos conhecimento de tão preocupante notícia, de pronto encaminhamos um ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança visando à adoção das providências pertinentes. Mas sabemos que todos nós, parlamentares e moradores do Distrito Federal, devemos estar atentos a esses fatos. Não queremos no Distrito Federal tragédia semelhante à que ocorreu há pouco tempo no Rio de Janeiro. O que nos preocupou sobremaneira é o fato de naquele estabelecimento de ensino haver alunos de idade entre 11 e 15 anos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, eu queria parabenizá-lo por trazer essa situação muito preocupante. Eu acho que todos nós ainda temos em mente os horrores do acontecido no estado do Rio de Janeiro e tenho certeza de que o meu Presidente da Comissão de Educação e Saúde haverá de prontamente fazer com que a Comissão faça uma visita a essa escola, para que possamos entender o que está acontecendo e pedir um reforço especial às nossas polícias. Nós não queremos que o Distrito Federal seja palco de uma barbaridade, de uma violência tão grande.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa. Também quero aproveitar para fazer um segundo registro, apesar de ser na área de domínio do nosso Dr. Michel, mas eu tenho alguns conhecidos. Nós tomamos conhecimento ontem — procuraram o meu gabinete — de uma situação que está infelizmente assolando todo o Distrito Federal. Então, eu quero aqui também falar especificamente sobre os habitantes da zona rural, desde a Fercal até as conhecidas como Ribeirão, Brocotó e Sítio do Mato. Aquela região, uma das mais bonitas do Distrito Federal por suas belezas naturais, tais como trilhas, cachoeiras e vales, tem sido alvo constante de investida de ladrões e dos mais diversos tipos de criminosos, que se aproveitam até da idade já avançada de alguns moradores e agem de forma violenta e cruel contra eles.

Aqueles senhores são de uma região de produção que nos fornece, além de hortifrutigranjeiros, também o leite que muitas vezes abastece não só as nossas famílias como também os alunos da rede oficial de ensino do Distrito Federal. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

preciso que as autoridades de segurança pública olhem com mais atenção e carinho para aquela parcela da população que tanto precisa do seu trabalho.

Ainda naquela localidade existe uma escola, que é a Escola Classe Ribeirão, que hoje atende 80 alunos residentes nas chácaras e fazendas circunvizinhas. Aquela escola, senhoras e senhores, necessita de uma atenção maior da Secretaria de Educação, haja vista as necessidades de infraestrutura para que as crianças possam exercer seus estudos, até mesmo no fornecimento de merenda escolar, passando pela segurança, porquanto faltam vigilantes para guardar não só as dependências físicas do colégio como também a integridade dos alunos e professores.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu queria só reforçar o esforço que está sendo feito – e gostaria de convidá-lo para participar conosco da investida – para que o Governo coloque o batalhão rural. Toda a área rural do Distrito Federal tem sido assolada por uma onda de assaltos, de insegurança dos habitantes.

Quero parabenizá-lo pela colocação dessa matéria aqui. Entendo que faz parte desta Casa esse tipo de trabalho. Quero me solidarizar com V.Exa. para que possamos, dentro de um grupo, trazendo a Comissão de Segurança, trazendo todas as pessoas — o Deputado Cláudio Abrantes é uma pessoa que está dentro desse processo, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Patrício —, toda a bancada de segurança aqui para que possamos tomar uma atitude com relação a isso.

Efetivamente a situação está de tal forma descontrolada que nós não podemos mais aguentar isso. A população rural realmente está numa situação de completo desespero em relação a esse tipo de trabalho; a droga, o *crack* tomando conta, as escolas sem nenhum aparelho, sem nada, sem qualificação nenhuma, precisando realmente de uma ação corretiva imediata para que a coisa funcione.

Esses jovens saem da escola e não têm o que fazer, mas todas as comunidades rurais têm um bar, e esse bar é a porta de entrada para todo esse mundo da violência que o senhor está relatando.

Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço a V.Exa. e queria informar, Deputado Joe Valle — provavelmente o parlamentar mais identificado com a área rural de Brasília —, que os senhores que me procuraram já moram lá há mais de 40 anos e nunca viram nada parecido: o sujeito chegar, arrancar a porteira, pegar a criação de suínos na frente do pessoal. Essas pessoas são impotentes para enfrentar tal situação porque se trata de pessoas jovens, a maioria com problemas de drogas, e eles ficam com medo de reagir e serem agredidos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então há necessidade, formalizei um ofício ao Secretário de Segurança pedindo providências nesse sentido.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Também nesse mesmo condão, quero dizer, Deputado Joe Valle, Deputado Agaciel Maia, que desde o meu primeiro mandato, venho solicitando, através de indicações, através de pedidos aos governos anteriores, inclusive. Esse caso é antigo, não é um problema do governo que está chegando agora.

Realmente a área rural, até pela sua grande extensão e baixa densidade demográfica, traz algumas dificuldades, mas penso que se poderia ter esse batalhão rural equipado com um ou dois helicópteros, em alguns pontos estratégicos, alguns rádios e que se passasse a comunicação.

Nas escolas, não há por que não haver policiamento. As nossas crianças, os nossos adolescentes têm de ser a nossa prioridade em qualquer circunstância.

Então, parablenzo V.Exa., Deputado Agaciel Maia. Pode ter certeza de que não é uma posição atual, é uma posição antiga de uma pessoa que fica triste por, depois de 8 anos de pedidos, ainda não termos conseguido evoluir nada, nada, absolutamente nada, zero, na segurança da área rural, que é tão importante para todos nós, principalmente hoje, quando o Distrito Federal tem números maravilhosos do agronegócio para mostrar.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Só para completar a informação da Deputada Eliana Pedrosa, o problema não é que não evoluiu. É que, pelo contrário, a situação piorou. Muitas pessoas que moram no campo há 20, 30 anos, estão nos procurando e dizendo: “Dr. Agaciel, desse jeito não dá pra gente continuar lá, nós estamos correndo risco de vida, nós vamos ter que arrendar e vamos sair do campo, porque nós não temos segurança nenhuma. As pessoas já estão vindo e já estão nos furtando na luz do dia, na nossa frente. Pelo contrário, em vez de reagir, nós temos que ficar trancados dentro de casa”.

Então, eu fiz um ofício ao Secretário de Segurança no sentido de que é necessária uma urgência, para que alguma providência seja tomada. Eu acho que a sugestão do nosso Deputado Joe Valle é excelente: se criamos batalhão para embaixada, se criamos companhia para o Congresso Nacional, vamos criar uma para o campo, tão importante.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, antes de tudo, quero parabenizá-lo por essa visão de Distrito Federal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

que V.Exa. tem, não só na área urbana, mas sobretudo na área rural, que como já foi dito, é uma área que há muito vem sendo esquecida e, como a própria Deputada Eliana Pedrosa falou há pouco, nada avançou nesse sentido.

Nós temos uma sinalização muito positiva nesses últimos tempos de um olhar do Estado para a área rural. Isso é fato, e nós temos defendido isso. O Deputado Joe Valle foi dos que mais se empenharam na questão da titularização das terras rurais, se não tiver sido o que mais se empenhou. S.Exa. é um lutador pela área rural. Nós acompanhamos isso, pela vinculação que eu tenho: todos sabem, eu venho de uma cidade cuja grande vocação é a questão agrícola, onde nós temos mais de 60% da produção agrícola do Distrito Federal, que é dentro da RA de Planaltina.

O fato, Deputado Agaciel Maia, é que nessa área de segurança – nós andamos pela área rural, o Deputado Joe Valle, quando falou aqui, falou com propriedade e conhecimento de causa – vê-se essa grande demanda. Essa questão do batalhão rural é para ontem, porque não adianta equipar um posto de segurança na área rural com uma viatura porque, na hora em que a viatura da cidade quebrar, a primeira que vai ser solicitada é a da área rural.

Eu gostaria de avançar um pouquinho mais, aproveitando vossa benevolência quanto ao tempo: não só o batalhão rural. V.Exa. acabou de relatar os crimes que aconteceram nessa região que V.Exa. visitou. Sem querer entrar em polêmica, que é o tipo de interferência, entre aspas, política que gostaríamos de fazer para ser ouvido, porque infelizmente não somos ouvidos nessa questão. Se fôssemos ouvidos, com certeza, com essa delegacia rural na Polícia Civil especializada em investigar crimes acontecidos na área rural, se não tivéssemos a prevenção ainda, por conta do batalhão que não chegou, teríamos a investigação e a punição dos culpados.

Então, é outro apelo que fazemos à Secretaria de Segurança, ao Governo do Distrito Federal e aos competentes, alguns dirigentes de corporação a que não conseguimos chegar: que além do batalhão rural, a delegacia rural seja implantada também, porque aí nós teremos policiais civis especializados na investigação de crimes ocorridos na área rural, *modus operandi*, quadrilha, atividades, regionalização, são uma série de elementos técnicos que propiciariam também a punição daqueles que cometerem crime na área rural.

Parabenizo mais uma vez V.Exa. pelo discurso, pelo cuidado que V.Exa. tem com o Distrito Federal de uma maneira geral.

Muito obrigado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero parabenizá-lo pelo que V.Exa. trouxe à tona agora e quero dizer que nós estamos diuturnamente lutando, brigando e tentando fazer projetos, indicações. Eu coaduno com a mesma ideia da Deputada Celina Leão, a de que muitas vezes nós fazemos as indicações, essas indicações passam pelas comissões, vão para o Governo, e nós não temos resposta.

Nós fizemos um projeto de lei que sabíamos que até poderia ter vício de origem, ser inconstitucional, a fim de criar o batalhão rural para que o homem do campo tenha paz. Eu, o Deputado Joe Valle e o Deputado Cláudio Abrantes estávamos andando na área rural, participando de algumas reuniões e sempre falamos: não adianta você dar infraestrutura, não adianta dar outras condições. Se você não der a segurança para que o homem possa ficar no campo, você pode ter certeza de que lá ele não ficará. Queiramos ou não, sem segurança não dá para viver no campo.

Vejam os senhores: nós estivemos na Tabatinga no sábado. O Governador vai asfaltar a DF-355, vai asfaltar a 120, vai asfaltar a da Taquara, a 230. Isso vai facilitar o escoamento? Vai. Vai facilitar para o homem do campo? Vai. Mas vai facilitar também para o crime, porque o marginal terá mais acesso às localidades.

Então, quero conclamar os colegas parlamentares para que nós possamos fazer gestão junto ao Governo para que ele crie o batalhão rural. Hoje o batalhão rural já não é mais uma necessidade, já há uma urgência premente de se criar o batalhão rural. Eu venho da área da segurança e eu sei da necessidade dele, Deputado Agaciel Maia, quando vemos o homem no campo pedindo socorro, e nós já temos a área urbana tumultuada. Fica muito difícil nós comparecermos à área rural.

Não só precisamos do batalhão rural, nós também precisamos ter uma delegacia especializada nos crimes na área rural – e não dos crimes rurais, porque isso não interessa. Vejam os senhores: se tivéssemos isso, nós teríamos o homem do campo muito mais satisfeito, porque a infraestrutura, com o Governo Agnelo, está chegando. Ele prometeu, garantiu – e já assinou – que vai dar infraestrutura para o homem do campo. Nós vamos dar segurança. Porque a saúde está chegando, a educação está chegando, mas em segurança ninguém fala. Se nós não fizermos o batalhão rural o mais rápido possível, os senhores podem ter certeza de que irá continuar essa migração do campo para a área urbana.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Michel.

Eu gostaria de aproveitar que V.Exa. é idolatrado naquela região do Brocotó, do Ribeirão e do Sítio da Mata, que é onde estão ocorrendo esses crimes, onde o pessoal chega para levar o suíno na presença dos proprietários. O sujeito arranca a porteira, rouba os arames. Deputado Dr. Michel, pessoas que moram lá há 30, 40 anos, e nós sabemos que há uma inversão. O homem do campo precisa de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

motivação, ele precisa de assistência técnica para melhorar a sua produtividade e não estar ameaçado constantemente pela violência.

Como V.Exa. conhece muito melhor do que qualquer um de nós aquela região toda, eu já fiz um ofício ao Secretário de Segurança a respeito do assunto. Fiz um ofício a Secretária de Educação pedindo um vigilante para a escola, pois lá não há. Formalizei isso. Não é muito do meu perfil fazer esse registro, mas como ontem as pessoas me procuraram no gabinete, eu o estou fazendo e pedindo a ajuda das pessoas que conhecem bem aquela área, porque nós não podemos conviver com isso. As pessoas que produzem há 20, 30 anos no mesmo local estão querendo se ausentar de lá porque não têm segurança nenhuma.

Era isso que eu gostaria de dizer. Eu gostaria de agradecer ao Presidente, Deputado Patrício, pela tolerância de tempo concedida na minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Agaciel Maia, obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita pela Liderança do PSDB.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que mais uma vez me traz nesta tarde a esta tribuna é a questão da educação no Distrito Federal. Eu, como Presidente da Comissão de Educação e Saúde, estive hoje pela manhã no Centro de Ensino Fundamental 28, Deputada Rejane Pitanga, no Sol Nascente. Saí de lá triste e, mais do que triste, preocupado, decepcionado com o que os meus olhos viram e com o que pudemos atestar: uma escola que tem apenas um ano e oito meses de funcionamento, totalmente deteriorada.

Por essa razão, eu acabei de fazer um requerimento junto à Secretaria de Educação solicitando uma cópia do contrato para saber quais foram os valores gastos e de que maneira foram gastos, porque já não há mais uma porta nesta escola! Aliás, as duas portas que eu encontrei – das quais eu coloquei as fotos no CD e o entreguei a V.Exa., em respeito ao seu trabalho, a sua dedicação à educação do Distrito Federal – estão totalmente arrebentadas. A escola não tinha muro, a escola não tinha grade, e as que estão lá foram colocadas pelos professores, que fizeram uma arrecadação – o que girou em torno de 4 mil reais. A manutenção da escola é feita com doces, balas e o sorvete que a diretora Rejane procura vender no dia a dia, ainda questionada por vários professores. Os acessos a banheiros para deficientes estão totalmente inutilizados. Não há rede de esgoto. A tubulação que liga a fossa está perfurada, jogando dejetos para a portaria central dessa escola. Cadeiras e carteiras danificadas: eu contei um total de mais ou menos 100. O lixo não é recolhido diariamente, constantemente e, no período que eu visitava essa escola, junto com a minha equipe de trabalho, em nome da Comissão de Educação e Saúde, eu quase fui atropelado, Deputada Eliana Pedrosa, por uma ratazana que, num primeiro momento, achei que fosse um gato, mas depois verifiquei que era uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

ratazana. Isso é triste! Mil e setecentos alunos frequentam aquela escola, tanto no período matutino como no vespertino.

Eu não gostaria de, mais uma vez, usar esta tribuna para fazer esse alerta, trazer mais essa demanda em relação à educação no Distrito Federal porque eu sei que nós temos outras necessidades, temas relevantes – como o transporte público que, na maioria das vezes, tira a nossa dignidade – e outras situações mais. Porém, o que mais me deixou perplexo, Deputado Chico Vigilante, o que mais me chamou a atenção – e aqui eu chamo também a atenção do Deputado Wasny de Roure, V.Exa. como Líder do Governo – é que a diretora Rejane, no dia de ontem, diante de todas as circunstâncias, diante de todo o sofrimento e descaso do poder público, sofreu um AVC.

Sabendo que eu, como Presidente da Comissão de Educação e Saúde, estaria na escola, ela pediu permissão e foi à escola mostrar o estado deprimente e toda a degradação do local. O professor Glauber, que é o orientador pedagógico daquela escola, Deputada Celina Leão, está sendo ameaçado pelos bandidos, pelos traficantes. Ele está abandonando seu posto, está abandonando a sua atividade, o compromisso que ele tem com as famílias, com a sociedade em si, porque já não aguenta mais. É a sua vida! Mas, além da sua vida, quantas vidas poderão ser ceifadas no Centro de Ensino Fundamental nº 28 do Sol Nascente?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente da Comissão de Educação e Saúde, meu amigo, Deputado Washington Mesquita, eu quero parabenizá-lo por trazer essas notícias ao plenário desta Casa e justificar a V.Exa., mais uma vez, a minha ausência – eu estava em uma consulta médica naquele momento da visita à escola. Esses fatos todos, como todos os outros trazidos aqui sobre as escolas, as inseguranças nas escolas, são muito graves. Eu acho que nós vamos contar com todos os nossos colegas parlamentares da base, da segurança também, para que possamos trazer mais tranquilidade.

Aproveito para dizer que a diretora daquela escola a que fomos na Granja do Torno – aquela sobre a qual havia uma denúncia que dizia respeito à merenda escolar – está precisando de uma declaração de que nós estivemos lá, porque ela está sendo perseguida. Estão dizendo que ela inventou uma denúncia, mas a denúncia nem partiu dela, ela nem sabia, nós chegamos de surpresa à escola.

Eu quero falar sobre essa maneira de operar da Secretaria de Educação: quando os deputados chegam a uma escola, logo que eles saem, os representantes das escolas estão sendo penalizados, estão sendo assediados moralmente. Está se achando que foram eles que fizeram a denúncia à Comissão de Educação e Saúde. Portanto, eu pediria a V.Exa. que olhasse com cuidado esse assunto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Agradeço o aparte de V.Exa.

Deputada Rejane Pitanga, é preciso tomar uma ação urgente, emergencial, em relação à educação no Distrito Federal. Eu não estou aqui para criminalizar, não estou aqui para ficar apontando os dedos em relação ao Secretário de Educação, mas nenhuma ação efetiva e eficaz por parte do Secretário está sendo feita.

Eu perguntei à Profa. Rejane, que é a diretora da escola: alguém da Secretaria de Educação já veio *in loco* verificar esses problemas? Ela disse: ninguém. E não foi por falta de solicitar a presença, não foi por falta de avisar, não foi por falta de clamar. Uma jovem de basicamente 28 anos está correndo o risco de perder a sua própria vida porque não quer deixar indefesos mais de 1.700 filhos, alunos, cidadãos que merecem todo o respeito e carinho do Estado.

Quando eu cheguei lá no dia de hoje, eles só tinham leite para tomar. Para o alimento do dia seguinte, estavam vendendo bala, doce, picolé, sorvete para poderem complementar a merenda escolar. Na próxima segunda-feira traremos aqui um tema relevante, que é a audiência pública em relação à merenda escolar, às 10h da manhã. Mas eu espero que realmente o Deputado Wasny de Roure, como Líder do Governo, V.Exa., Deputada Rejane Pitanga, e o Deputado Chico Vigilante levem esse assunto, do qual eu já falei na quarta-feira passada, ao tratar de Pentecostes. Eu estive durante uma hora com o Governador Agnelo, relatei o que está acontecendo com relação à educação em Brasília, e simplesmente eu vejo que nenhuma providência foi tomada. Porque é triste, não se pode deixar ocorrendo.

Eu peço a V.Exa. que olhe aquelas fotos. Está aqui um relato de uma sociedade que sofre, de pais que estão sujeitos a tirar os seus filhos da escola porque não têm segurança, não têm alimento. O quadro é triste e deplorável. Então, é preciso que esse Governo tome uma ação efetiva e eficaz urgentemente. Se ela não tem competência para gerenciar e ser gestora da educação de Brasília, que ela peça permissão e saia. Eu tenho certeza de que há muitas pessoas qualificadas e preparadas, que querem servir ao Estado, querem servir às famílias, querem colocar em aplicação o orçamento, que é bilionário, para que possamos deixar de viver essa realidade triste.

Eu sei que parte dessas falhas já vieram de governos anteriores, eu reconheço, mas este governo que foi eleito, este governo que foi consumado pela urna popular no dia 3 de outubro, este governo que recebeu respaldo da sociedade não pode deixar a educação no quadro triste e lamentável em que está.

Eu quase fui atropelado por uma ratazana. E se aquela ratazana mordesse um filho de um cidadão daquele ali, poderia levar, naquele momento, a sua própria vida. Então, é triste, eu não queria estar aqui trazendo esse assunto, levantando mais esse tema, mas eu não posso me calar, eu não posso ser negligente. E, aí, Deputada Eliana Pedrosa, a nossa Comissão tem atuado. Nossa Comissão tem atuado, tem fiscalizado, tem ouvido a sociedade. Não é pelo fato de V.Exa. não estar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

presente, V.Exa. também representa, nós estamos trabalhando em conjunto. Nós estamos falando pelas pessoas que não têm com quem falar, com quem gritar, com quem exclaimar.

Eu pediria ao Governo que olhasse com carinho, com atenção, e que a Secretária venha a público dar as devidas explicações. Porque se isso não acontecer, V.Exa. pode ter certeza, nos próximos dias nossa Comissão a convocará. Não sei se ela estará presente, porque parece que ela foge do debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita. Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente; boa-tarde, queridos colegas; boa-tarde a todos da imprensa. Hoje, mais uma vez, o meu tema é educação, para variar.

Educação não é prioridade nesse nosso país, nós já estamos cansados de saber. Às vezes, parece que o estudante não é uma pessoa humana, o estudante é sempre o baderneiro, o estudante é sempre aquele irresponsável, o estudante é desinteressado em uma escola que não pode recebê-lo adequadamente, que na verdade é desinteressante. E a situação em que vivemos é terrível.

As bibliotecas estão fechadas em Brasília. Fecham para o trabalhador, porque fecham às 19h, quando deveriam fechar às 22h. Então, na hora em que o trabalhador mais precisa – já está comprovado, usa-se a biblioteca majoritariamente à noite –, porque em Brasília usam-se as bibliotecas públicas para se estudar para o vestibular, para se estudar para concursos. Geralmente são pessoas que saem do trabalho e vão para a biblioteca, e as bibliotecas estão fechando às 19h por falta de policiamento.

Falta de professores, o material escolar para a escola pública é qualquer material, porque é para a escola pública, pode ser qualquer coisa. A infraestrutura é precária. Há contrato emergencial para tudo, mas quando uma caixa d'água arrebenta lá no Setor Oeste, não se pode ter contrato emergencial. Podem os alunos sair às 10h30min da aula, ao invés de concluírem o horário regular. Quando o muro cai em outra escola, na Escola Júlia Kubitschek, passa-se dois anos com o muro caído, mas não pode ter contrato emergencial para isso. Para outras coisas, pode; para a escola, nada.

E agora, causa-me arrepio, o Inep, esse instituto irresponsável que o Governo Federal teima em manter contratado para fazer a importante prova do Enem, decidiu que o responsável por seus erros e incompetências são os estudantes – 6 milhões – que vão fazer a prova do Enem em 2011. Foi o que saiu no edital agora, o edital lançado no Diário Oficial da União nessa segunda-feira, que me deixou mais desolado: estudante, ao receber a prova, este ano vai ter que abrir a prova e verificar se há erros na prova. O estudante vai ter de verificar se há erro de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

impressão. Quer dizer, já sabe que vai repetir o erro do ano passado, quando 10 mil estudantes tiveram a prova com problema de impressão e tiveram, portanto, de refazê-la. Só que agora a culpa é do estudante. Não dá. Ou o Inep é excluído desse processo, ou o Ministério não tem vergonha, porque vai ser mais um erro na prova do Enem, e é o estudante o prejudicado. Mas estudante é sempre baderneiro! Estudante é sempre desinteressado! Não é a escola que é desinteressante!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, senhoras e senhores; boa-tarde, meus pares presentes, eu venho aqui agora demonstrar indignação a respeito de um fato que está acontecendo principalmente comigo. Eu queria que V.Exa., meu Líder, levasse até o Governador o que eu vou dizer. Muitas vezes, nós somos base do Governo e não somos tratados como base, não. Eu estou sentindo que não estou sendo tratado como base.

Hoje eu fiz uma audiência pública sobre a saúde, mais precisamente sobre a revitalização do parque de apoio ao parque tecnológico, o qual o Governador prometeu revitalizar; que não iria deixar fazerem o que queriam fazer no governo passado, conforme falavam, que era a privatização da saúde, que era a privatização daquele parque tecnológico. Eu andei lá por mais de 5 dias, lá se faz de um parafuso a avião e, diante disso, nós chamamos uma audiência pública para podermos discutir.

Eu não estou lá para massacrar o Governo, eu estou para dizer ao Governo o que podemos fazer para ajudá-lo. E me surpreendeu bastante, Deputado Wasny de Roure: não compareceu um servidor do nível superior, do alto escalão para poder nos prestigiar no que tange nós ajudarmos esse Governo. Porque eu estou na base do Governo para ajudar o Governo. Eu não estou na base do Governo para bater no Governo. Mas eu me sinto desprestigiado, V.Exa. pode ter certeza, porque no momento em que nós mandamos um convite para um secretário de saúde – que diga-se de passagem é meu amigo, uma pessoa pela qual eu tenho um respeito –, não mandar um representante para uma audiência pública daquela magnitude, daquela importância! Nós tínhamos mais de mil funcionários!

Ninguém estava lá para bater no Governo, nós estávamos lá para prestar solidariedade ao Governo no que tange à saúde, e mostrarmos a ele o que nós podemos fazer para ajudar e perguntar onde nós podemos ajudar para tirar a saúde da UTI como se encontra. Pasmee V.Exa., Deputado Chico Vigilante, não compareceu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

ninguém. Isso é uma inabilidade do Governo, e o senhor me desculpe, eu não posso deixar de falar. Nós temos de falar a realidade.

A Deputada Rejane Pitanga não pôde ir, mas me disseram que ela estaria lá. A Deputada Federal Erika Kokay estava presente, o Deputado Policarpo esteve presente, e não tinha ninguém do Governo lá para poder pelo menos discutir a situação. Nós temos de discutir, nós não podemos baixar a cabeça. Nós temos de levantar a cabeça, temos de mostrar para que viemos. E ali era o momento propício, mesmo que fossem com os servidores.

E pasmem, eu não vou citar nomes, mas eu fiquei sabendo que um desses do alto escalão aí disse: "Não, aquele menino está arrumando dor de cabeça para nós." Menino, vírgula! Antes de chegar ao parlamento, eu fui delegado de polícia respeitado e quero respeito nesta Casa, porque eu não sou um deputado, eu sou o deputado, como eu fui o delegado de polícia. E é um desrespeito: "Aquele menino está arrumando dor de cabeça." Eu não arrumo dor de cabeça para ninguém, não. Quem arruma suas dores de cabeça é quem não tem profissionalismo, quem não tem competência. Então, vá tomar Doril! Não sou eu o responsável por isso. Não admito ser tratado dessa forma. Eu não admito porque sou parceiro. Eu só admito porque ajudei a construir esse Governo e eu quero que esse Governo dê certo, porque esse Governo dando certo, Brasília dá certo. Chega de dar errado, como já deu anteriormente.

Agora, é um absurdo o que estão fazendo. Eu não quero me pegar em outra situação. Eu quero é estar junto com o Governo e mostrar para o Governo o que podemos fazer para ajudar. E quero que o Governo também me cobre. Naquilo que eu puder ajudar, eu vou ajudar. Como já disse o nosso Presidente, isso aqui não é puxadinho do Buriti, não. Nós temos que ajudar. Se nós ajudamos o Governo a se eleger, nós temos que ajudá-lo aqui no parlamento. Agora ele também tem de querer ser ajudado. Ele tem de querer ser ajudado. Ele tem de prestigiar os seus pares. Ele tem de prestigiar o pessoal que lhe protege. "Ah, mas protege de quê?" Dessas malfadadas pessoas aí, como as que estão falando do nosso amigo Deputado Chico Vigilante. Nós não podemos deixar que isso aconteça. Há muita gente querendo que dê errado, porque se der errado, eles vão crescer.

Mas eu não tenho preocupação com isso, Deputado Wasny de Roure. Eu quero que o Governo dê certo. Botei a cara e coloco a cara. Enquanto eu for da base, eu coloco a cara pelo Governo. Enquanto eu for da base, eu coloco a cara pelo Governo. Agora, eu não sou menino, não! Nem estou dando dor de cabeça para ninguém. Eu estou tentando fazer o meu trabalho de parlamentar, que é mostrar para o Governo onde nós podemos ajudá-lo. Ninguém é dono da verdade. Quem está hoje na saúde não sabe tudo. Assim como quem está na segurança, quem está na educação. Nós podemos contribuir um pouquinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Eu não estou entrando na saúde, eu não fui lá hoje para querer bater no Governo, de jeito nenhum. Se eu sou base, eu não quero bater no Governo. Eu quero, sim, ajudar o Governo. Eu quero que esse Governo dê certo na saúde, na educação, na segurança, em todas as áreas, porque se nós tivermos um Governo que dê certo, aquele Governo que nós ajudamos a eleger, aquele Governo que disse que ia mudar, que era um novo caminho em Brasília, eu não posso desacreditar.

Mas eu também não posso deixar, Deputado Chico Vigilante, que alguém fale que “aquele menino está arrumando dor de cabeça.” Até que, pelo menino, eu me sinto satisfeito, porque um homem de 47 anos ser chamado de menino quer dizer que o Pitanguy deve ter trabalhado bastante nele, eu devo estar com uma fisionomia bem renovada. Mas menino na personalidade, não! Menino no trabalho, eu não admito, não! Porque, de onde eu vim para onde eu cheguei, Deputado, foi com muito esforço. E não vou deixar, nesse momento, ninguém macular a minha imagem dizendo que “o menino está dando dor de cabeça”. Não, não dou dor de cabeça para ninguém. E não me queiram dar dor de cabeça, porque eu também sei dar dor de cabeça, e as minhas dores de cabeça, Doril não cura, porque eu tenho personalidade, sou um homem sério, sou homem honesto, e honestidade não tem meio termo: ou é ou não é. Eu sou parceiro, sou companheiro. Agora, eu não posso admitir isso.

Então, eu quero deixar a minha indignação. Ouviu, meu Líder? Leve-a para o Governo. Nós estamos aqui para construir. Apesar de, como disse o meu amigo Deputado Olair Francisco, nós já estamos é vendendo os apartamentos dessa construção. Porque não é admissível uma coisa como esta: chamar um deputado, que foi eleito pelo povo com sofrimento e com angústia e que passou por um pleito eleitoral – só quem já foi candidato sabe que aquilo é uma loucura, pois, se você mata um leão a cada dia, o candidato mata um leão a cada minuto, a cada hora – taxá-lo assim: “Aquele menino quer dar dor de cabeça”. Eu não quero dar dor de cabeça para ninguém, muito menos para o Governo, muito menos para o Governo. Agora, espera aí, vamos respeitar o parlamentar. Se eu fui eleito pelo povo, eu quero respeito, porque eu dou respeito. Quem quer respeito dá respeito.

Sinto-me desprestigiado, sinto-me magoado por nenhum representante da saúde ter comparecido – não foi nem metade, não, não foi nenhum. Era o momento certo de a saúde mostrar para o que veio naquele lugar, inclusive para os funcionários. Não fizeram isso. Perderam uma grande oportunidade. Mas saiba V.Exa., meu Líder, que outras oportunidades aparecerão e espero que o Governo não se furte de comparecer, porque esse Governo não pode esconder a cara. Se eu botei a cara para eleger o Governo, ele tem que botar para o que veio.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo que V.Exa. foi a primeira pessoa a participar do Governo, quando, no segundo turno, V.Exa. colocou o seu nome à disposição numa questão de uma operação, de uma investigação. V.Exa. provou ali que já fazia parte da base. V.Exa. foi o primeiro a assinar que seria da base deste governo e que é base.

Eu não vou aqui falar em nome do bloco, pois o meu Líder está aqui, mas vou falar em nome dos 6 Deputados que participam do bloco de V.Exa. O nosso bloco não aceita que V.Exa. seja tratado com essas frases que o cidadão falou, que eu nem vou repetir.

Mais uma vez, Deputada Celina Leão, vem mais uma matéria à comissão de V.Exa. Não é para ficar no Twitter. V.Exa. tem que agir, porque mais uma vez um parlamentar, representante do Parlamento, é atacado nas esquinas das ruas.

Deputado Dr. Michel, V.Exa. realmente é um menino, pois um menino tem um coração puro. V.Exa. quer ver Brasília bem, quer ver o povo bem, quer ver o povo com oportunidades. É por isso que V.Exa. é um menino. V.Exa. é a voz deste Parlamento, e nenhum destes Deputados presentes, nenhum dos 24 Parlamentares, que representam o povo, aceita que um cidadão venha aqui qualificar ou desqualificar V.Exa.

Nós vamos trazer mais uma pessoa à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. Vamos dar mais um arrocho aqui, Deputada Celina Leão.

Deputado Dr. Michel, estarei sempre ao lado de V.Exa. hoje e amanhã, e meu bloco, liderado pelo PMDB, pelo PTdoB e pelo partido de V.Exa. não aceitamos que alguém desqualifique V.Exa., pois não tem moral ética, não tem moral para dirigir a palavra a V.Exa. V.Exa. é e será o Michel, o deputado distrital que obteve 90% de votos. Eu queria que um Deputado aqui falasse: “Eu tive 90% dos votos da minha cidade”. V.Exa. obteve de Sobradinho II. Pode haver deputados aqui que obtiveram o dobro de votos que V.Exa. teve, mas V.Exa. provou que onde passou foi carregado pelo povo. É por isso que esse cidadão que não sabe qualificar o chamou de menino. V.Exa. é um menino nas atitudes de fazer o bem.

V.Exa. está de parabéns. V.Exa. pode arrochar o nó aí, que eu estou do seu lado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, Deputado Dr. Michel, como Líder do bloco, solidarizar-me a V.Exa. e dizer que aquelas autoridades que não vieram, temos um instrumento, e o nosso bloco pode ajudá-lo nesta questão. De que forma? Entre na Comissão de Educação e Saúde e vamos fazer a convocação daquele ocupante de cargo público da saúde que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

não compareceu. Não será um convite, será uma convocação, pois, assim, ele não poderá faltar, ele terá que vir a esta Casa para prestar o esclarecimento que V.Exa. pediu.

Há um ditado na vida que diz: “A semeadura é livre, mas a colheita é certa”. Nós colhemos o que plantamos. Quando um parlamentar da base não é tratado como um parlamentar da base, ele tem de agir conforme está sendo tratado. Se ele não é tratado com carinho, como alguns são, ele tem de agir dessa forma.

Eu, como Líder do bloco do qual V.Exa. é membro, quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que esse tipo de procedimento... O que me causa muita estranheza é que o Dr. Rafael, Secretário de Saúde, tem sido muito gentil com vários parlamentares em tudo que solicitaram. Não sei o que aconteceu, não tenho procuração do Secretário Rafael para defendê-lo. Várias vezes, eu o solicitei. Para baixo, há diretores da área de saúde que realmente... Eu estava até falando a respeito disso com o Presidente e com um assessor aqui hoje. Às vezes, o Secretário nos trata bem, mas os assessores estão se achando, alguns chefes de seção. Mas não podemos prejudicar, pois quando eu procurei o Dr. Rafael, ele foi efetivamente supercorreto comigo em tudo e com vários outros parlamentares também.

Mas se V.Exa. quiser, entre com um requerimento na Comissão de Educação e Saúde, e nós do bloco trabalharemos junto com os pares para convocar a autoridade que V.Exa. quiser ouvir sobre qualquer assunto. Afinal, essa é uma das missões do nosso trabalho. Não é criar dificuldade, não. Muitas vezes é ajudar. Hoje, mesmo, sobre um projeto do Governo, eu, o Deputado Wasny de Roure, os membros da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cláudio Abrantes, que fazemos parte da base, entendemos que poderíamos melhorá-lo mais. Então, nenhum Secretário tem de entender...

Deputado Wasny de Roure, liguei para a Secretaria de Turismo ontem, vi seu recado. Obrigado. Liguei hoje lá. Para conseguir tirar a cópia do que eu queria, que dificuldade! Até que o Secretário tomou conhecimento. Aí facilitou tudo. Mas os funcionários, muitas vezes chegamos ao órgão e eles nos veem como inimigo. É uma coisa esquisita, eu não entendo, Deputado Chico Vigilante. Eu só queria a cópia de um processo para me defender. Mas vem alguém e diz: “O senhor tem que ter, porque é a ordem da transparência. Se o senhor quiser alguma coisa aqui tem de fazer isso, aquilo”. Quando eu consegui falar com o Secretário, S.Exa. disse: “Não, Rôney. De forma alguma. É só você ir lá e pedir.” Foi tão simples.

Muitas vezes, Deputado Dr. Michel, não é quem está na cabeça, mas, sim, no comando. De qualquer forma, quero me solidarizar com V.Exa., Deputado, e dizer que estamos juntos. Estamos juntos dentro e estamos juntos fora também, ok?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, V.Exa. conta com o nosso apoio, porque o mais importante é a própria razão da audiência pública. E V.Exa. provou isso, pelo seu compromisso com a população, pelo seu compromisso com a saúde, ao focar num dos pontos mais nevrálgicos da saúde, que é a qualidade do serviço de apoio às nossas unidades fim. O mais importante, Deputado, é a desenvoltura do seu mandato, a desenvoltura de conhecer a realidade de uma unidade de apoio.

Quero dizer, Deputado Dr. Michel, que no dia anterior eu recebi o reforço da audiência pelo Helvécio, que foi o parceiro da Saúde que o conduziu a essa audiência, amigo meu, atual Presidente do Clube da Saúde. Quero dizer que eu imaginava que a audiência fosse aqui. Eu cheguei a vir ao plenário e fui ao auditório. Infelizmente, eu me equivoquei. Eu tinha pouco tempo, mas gostaria de estar presente. Depois eu me dei conta de que era *in loco*, o que reforça ainda mais esse papel fiscalizador, esse papel de valorizar a Saúde.

Portanto, Deputado Dr. Michel, o importante é que V.Exa. deu desdobramento a um tema relevante da Saúde. V.Exa., no seu mandato, está cumprindo a expectativa da população. Quanto a falatórios, esses nós sempre teremos daqueles que não reconhecem a democracia, que não reconhecem o papel desta instituição e querem apequenar o Poder Legislativo para que ele esteja num processo de definhamento, como ocorreu na gestão do Arruda, o que levou este Parlamento a se curvar naquilo que era o seu principal papel, o papel fiscalizador, o papel de formulação e o seu papel de construir a voz pela população.

E como nós vimos, Deputado Raad Massouh, esta Casa produziu o deputado federal mais votado, que não foi do meu partido, mas foi um deputado que se alavancou politicamente a partir da realidade do Parlamento. Portanto, este Parlamento é visto por toda a cidade, que olha com expectativa desde os pequenos problemas até os grandes problemas.

Eu não tenho dúvidas de que seus 90% de Sobradinho II representarão um percentual bem significativo na próxima rodada eleitoral desta cidade. Portanto, Deputado Dr. Michel, não se sinta apequenado por conta daqueles que não têm compromisso com o coletivo. V.Exa. não é menino. V.Exa. é, sim, comprometido com a causa da saúde pública. Assim foram grandes homens e mulheres. Vale aqui lembrar Florence Nightingale, a fundadora da Cruz Vermelha, quando na Guerra da Crimeia embarcou numa grande luta para poder dar resposta a uma das áreas mais difíceis como foi a área da saúde naquele momento.

Portanto, Deputado, V.Exa., um policial civil, um delegado, tem se importado com outros temas desta cidade. Isso lhe faz grande, isso lhe faz cumpridor da missão que foi delegada pela população. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raad Massouh.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Deputado Raad Massouh. Eu gostaria de deixar aqui a minha solidariedade. Deputado Dr. Michel, nós estamos em lados opostos politicamente, mas V.Exa. sabe que tenho grande respeito por V.Exa. Ninguém chega aqui Deputado à toa. Ninguém consegue vir a um parlamento como este aqui se não tiver muito trabalho. É por isso que temos, sim, que respeitar o parlamento. V.Exa. é um Deputado da base, que tem apanhado muitas vezes por ser da base, que tem se preocupado, sim, com temas importantes como a questão da saúde.

O Governo tem que mandar representantes, sim, quando nós vamos discutir temas importantes aqui. Por quê? Porque mostra que está comprometido com aquele tema, mostra que se preocupa, mostra que preza o Deputado que tem colocado a cabeça de fora, que tem apanhado pelo Governo. Com todo o apreço que tenho por V.Exa., eu posso lhe chamar de amigo!

Eu tenho um apelo a fazer aqui, Deputado Raad Massouh, a V.Exa. que está na Presidência, para que instalemos a CPI da Saúde, porque essa CPI terá condições de investigar a fundo a Saúde. V.Exa. é um dos membros. Eu tenho certeza, Deputado Dr. Michel, de que V.Exa. pode fazer um trabalho excelente. Primeiro, pelo delegado de polícia que é; segundo, pela seriedade com que tem conduzido, não só o seu mandato, mas toda a sua vida pública, que não começou aqui agora. V.Exa. não caiu aqui de paraquedas.

Faço um apelo, Deputado Raad Massouh — sei que o Deputado Patrício se ausentou —, para que se instale, sim, a CPI. Que essa CPI da Saúde não vire pizza! Nós temos que investigar. Não há o que temer. Vamos investigar. Brasília tem muito a ganhar, principalmente, Deputado Dr. Michel, com a escolha de V.Exa. para estar nessa CPI conosco para ajudar a levantar fraudes, a levantar roubos, a descobrir onde está o buraco da Saúde, a saber porque até hoje a gente não consegue arrumar, a saber porque nesse espaço de tempo nós não conseguimos reorganizar ainda a Saúde. Não estou fazendo um julgamento do Governo atual. Eu estou falando em fiscalizar, em apurar, quaisquer que sejam as investigações, as denúncias e as possíveis irregularidades.

Então, faço um apelo aqui ao Sr. Presidente, Deputado Raad Massouh, para que se convoque novamente. Nós temos aqui vários componentes da CPI da Saúde. Que se convoque novamente a CPI da Saúde para que possamos eleger o presidente. Eu acho que o povo de Brasília merece e tem muito a ganhar. Eu tenho certeza de que o povo de Brasília confia em V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Deputada Celina Leão, eu gostaria de dizer a V.Exa., aproveitando a sua fala, que há dias eu trabalho com os neurocirurgiões do Hospital de Base, que estão com um atrito muito grande com a Secretaria, porque eles querem simplesmente mudar o local do Centro Cirúrgico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Neurológico para o edifício debaixo de onde temos os corredores em que se sobe e desce junto com o transeunte normal. Então, ele atravessa todo aquele túnel para uma eventual emergência.

Infelizmente, o que eu notei por parte da Secretaria e do próprio Secretário hoje, eu solicitei, a pedido dos neurocirurgiões, todos eles com mais de 20, 25 anos de trabalho naquele estabelecimento. Aquele centro clínico não foi feito de uma forma porque alguém quis fazer, houve um estudo, e simplesmente a Secretaria não está levando em consideração. Hoje eles se negaram a receber a mim e a uma comissão para conversar sobre o assunto. Mas não tem problema, não. Amanhã, às duas da tarde, nós já temos um horário no Ministério Público. Faço um convite para que V.Exa. participe e me acompanhe. Eu faço questão de acompanhá-los, porque eu dei oportunidade ao Secretário para conversar. A resposta foi negativa. S.Exa. disse que não tinha conversa porque vai criar 100 leitos a mais. Mas ele vai criar 100 leitos a mais de fantasia, de mentira, porque ele vai criar 100 leitos a mais, mas vai desativar a metade da neurocirurgia do Distrito Federal.

Então, amanhã, se V.Exa. quiser participar com a gente, será às 14h no Ministério Público. Eu combino com V.Exa. pessoalmente. Muito obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Meu companheiro, Deputado Dr. Michel, quero aqui me solidarizar com V.Exa. mais uma vez. Mas quero, como o Deputado Wasny de Roure, ater-me à importância daquele complexo ao qual V.Exa., de forma muito oportuna, se referiu na audiência pública.

Por mais de 3 anos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, tentamos trabalhar para que aquele complexo que está lá colocado, que está lá posto num espaço fantástico fosse reativado como centros vocacionais tecnológicos para qualificar pessoas, dando apoio a essa estrutura gigantesca e, muitas vezes desorganizada, da saúde aqui no Distrito Federal.

Quanto à questão da saúde no Distrito Federal, nós percebermos isso a partir de todas essas matérias que, mais uma vez, achacam a nossa autoestima falando de segurança no Entorno, enquanto não tivermos planos, um planejamento estruturante para a região do Entorno, enquanto não tentarmos, de forma muito veemente, fazer qualquer mudança e plano para o Distrito Federal, será muito complicado.

Nessa situação, quando há gestores trabalhando – quero aqui fazer jus ao trabalho do diretor do Hospital de Base, Dr. Julival, que é um apaixonado pelo que faz e todas as vezes se apresenta para melhorar a qualidade naquele hospital, houve agora a inauguração de um centro de traumas –, vejam que mesmo nessa crise toda da Saúde pela qual passamos, hoje o Hospital de Base é referência nacional no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

tratamento de traumas. Então, esses gestores que estão aí trabalhando para fazer a Saúde acontecer no Distrito Federal, estão trabalhando de forma muito séria.

Quero falar também do gestor do Hospital de Planaltina, onde eu, Cláudio e V.Exa. já estivemos visitando. Sabemos da seriedade com que essas pessoas estão tratando esse tema aqui no Distrito Federal. Mas, logicamente, se nós não trabalharmos para que haja um processo estruturante em nível de Entorno, V.Exa. bem sabe que muitos prefeitos falam de programas da Saúde falando de comprar mais ambulâncias para trazer pessoas aqui para o Distrito Federal.

O problema é sério, é grave, nós sabemos do que aconteceu no governo passado, muitas pessoas tentaram resolver, muitos problemas aconteceram, mas acredito que, nesse sentido, o Secretário de Saúde, que é o Rafael, tem feito um trabalho obstinado no sentido de resolver os problemas. Quero, aqui, dar esse tempo dos 6 meses, e eu vi hoje a Mirian Leitão falando dos 6 meses de graça, para que a gente possa efetivamente atuar. Mas em relação ao assunto, é necessário, fundamental e muito importante que não haja erro na política! Muitas vezes, e hoje falei na comissão, se se errar na técnica, pode-se consertar, mas se se errar na política, é fatal e V.Exa. sabe disso, sabe do que estou falando.

Então, quero me solidarizar. Espero que exista uma correção, porque aquele assunto que V.Exa. apresentou na audiência pública de hoje é de fundamental importância para que a gente consiga melhorar a saúde no nosso Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, meu amigo, meu irmão, pessoa que aprendi a respeitar pelo caráter, pelo trabalho relevante à sociedade brasileira. Realmente, como o Deputado Olair Francisco disse, V.Exa. obteve 90% dos votos naquela região. Esse é o reflexo do trabalho que prestou à sociedade com muito afinco, com muito amor e responsabilidade, colocando a vida de V.Exa. para defender as nossas vidas.

Em relação à audiência pública, quero aqui me desculpar com V.Exa. Como Presidente da Comissão de Educação e Saúde, eu estava em visita ao Centro de Ensino Fundamental 28, e fiz um pronunciamento agora há pouco. Eu achava que seria na Câmara Legislativa. Ao chegar aqui, verifiquei que era no SIA, e não tive como estar presente. Mas coloco a Comissão de Educação e Saúde inteiramente à disposição de V.Exa. Se o debate, se o tema que foi levantado, se toda a discussão não chegou ao seu objetivo comum, ou fala de alguém da Secretaria de Saúde, pode entrar com o requerimento que o aprovarei em caráter de urgência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

E menino V.Exa. nunca foi e nunca será. Ao olhar o semblante de V.Exa., vejo um homem de caráter, de responsabilidade, de ações. Aqui digo que o considero um dos mais brilhantes parlamentares desta legislatura, porque tem agido com responsabilidade e, acima de tudo, no dia a dia, tem procurado devolver a Brasília, principalmente à região que V.Exa. tão bem representa, os votos que lhe foram conferidos no dia 3 de outubro.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V.Exa., que dirige os trabalhos nesta tarde.

Quero me somar a todos os pronunciamentos que se solidarizaram com o Deputado Dr. Michel. Eu, como parceiro – e somos grandes amigos –, não poderia me furtar neste momento a dizer-lhe que assino embaixo de tudo o que V.Exa. assinou, de toda a indignação. Infelizmente, dissipa-se em alguns segmentos do Governo que a ação parlamentar é uma tentativa de desestabilização – como já foi até dito em jornais – que, às vezes, pessoas querem desestabilizar determinadas áreas.

Quero dizer, até para o Governo, que nós fomos eleitos para representar o povo. Nesse sentido, mesmo sendo base, representaremos primeiro o povo. E V.Exa. tem feito isso com toda a capacidade que lhe é peculiar, em todos os lugares pelos quais passou, seja como policial militar, seja como cobrador de ônibus — V.Exa. sempre salienta com orgulho que foi cobrador, e fez isso muito bem —, seja como agente de polícia, seja como delegado, seja agora como Parlamentar. Então, quero prestar toda a solidariedade a V.Exa. e dizer-lhe que pode contar conosco no que for preciso e com esta Casa.

Deputado Dr. Michel, embora o tenham chamado de menino, eu acredito que sua indignação é porque quiseram imputar-lhe uma conduta irresponsável, e sabemos que esse tipo de conduta V.Exa. não tem, pelo contrário. Agora, V.Exa. tem, sim, esse jeito brincalhão, muitas vezes de menino, que muito me alegra.

Gostaria de solidarizar-me com V.Exa. E a questão de ser menino, sob certo aspecto, é até uma honra. Lembre-se de Milton Nascimento e não fique triste, não se magoe, que diz em uma de suas músicas: “Bola de meia, bola de gude, o solidário não quer solidão. Toda vez que a tristeza me alcança, o menino me dá a mão”. Não fique triste, pois tem amigos e companheiros aqui nesta Casa que estarão com V.Exa. em todos os minutos.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O próximo inscrito é o Deputado Joe Valle.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Eu quero agradecer a solidariedade de todos os meus pares. E digo que o Secretário Rafael sempre me atendeu bem, sempre foi um companheiro, sempre foi um amigo. Não lhe estou atribuindo o ocorrido, porque muitas vezes ele pode não ter comparecido. Estou atribuindo a um conjunto, e não ao Rafael, que sempre foi parceiro, sempre foi amigo e sempre me atendeu. O que eu quero deixar claro é que o Governo, num todo, deveria ter comparecido a esta audiência hoje.

E quero, mais uma vez, pedir ao Deputado Wasny de Roure que me ajude. Não vamos deixar privatizar, não. A intenção era construir espigões naquele lugar, espigões residenciais. E está bem próximo, no Pelezão foi feito isso, e o próximo passo seria ali. Se privatizarem aquela área, V.Exa. pode ter certeza de que o próximo passo será criar ali espigões residenciais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e benevolência de ter me concedido mais esse tempo para agradecer aos meus pares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Joe Valle se aproxima do som, eu só gostaria de fazer um apelo aos deputados para que votemos no dia de hoje, porque temos tido, principalmente neste mês de maio, poucas votações. Eu faço um apelo aqui cordial, sincero, a cada um dos colegas. Não quero fazer cobrança que não seja a mim mesmo, mas solicito que não deixemos de apreciar os vetos no dia de hoje. Os vetos restantes.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Quero apenas lembrá-los de que temos 11 vetos obstruindo a pauta. Já há acordo no Colégio de Líderes. O restante da pauta são projetos dos parlamentares. Se os parlamentares permaneceram aqui e quiserem fazer uso da palavra, esta Presidência vai aguardar para que possamos votar.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que ontem, nesta Casa, tivemos a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

abertura da Semana Nacional do Alimento Orgânico. Foi feita nesta Casa a abertura nacional. É a 7ª edição do evento, que tem como objetivo trabalhar toda a questão da sustentabilidade em nosso país.

Era somente isto que eu tinha a comunicar: a abertura da Semana Nacional do Alimento Orgânico, que acontece nesta semana em todo o país.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa, na semana passada fui surpreendida – quase que também foi um pesadelo – quando uma área, na cidade em que moro, Ceilândia, apareceu cercada e com uma grande placa indicando que ali seria instalado um cemitério.

Não que eu seja contra a instalação de um cemitério naquela cidade. É uma cidade que merece. Mas não naquela área, que até hoje está pautada na Lei Complementar nº 803, de 2009, que conclui que a implantação do mencionado cemitério é totalmente ilegal, visto destinar-se à expansão do Setor de Material de Construção e do Setor de Indústrias de Ceilândia, conforme previsto no Anexo IV, no Mapa 6, do PDOT.

Ressaltamos que a referida expansão encontra-se ainda contemplada na proposta de revisão do PDOT, que está sendo elaborado pelo GDF, cuja proposta preliminar encontra-se à disposição de todos na internet. A implantação desse cemitério não passou pelas formas legais que é preciso passar. Não passou pelas audiências públicas, não passou pela avaliação daquele povo.

Imediatamente, na mesma semana, tivemos em uma coluna Do Alto da Torre, noticiada a indignação daquela população, que se reuniu, que foi protestar contra a instalação do cemitério naquela área.

No final de semana, tive a oportunidade de ser chamada pela população, principalmente pelos moradores da QNR, onde estavam lideranças religiosas e lideranças comunitárias que manifestaram sua insatisfação pelo que estava acontecendo. Hoje pela manhã, tive a felicidade de me reunir com vários segmentos daquela sociedade, empresários, associações de moradores, associações comunitárias, prefeituras e líderes religiosos. Quando todos aqui dizem que não estamos tendo respostas, quero dizer dos meus agradecimentos ao Secretário de Habitação, Geraldo Magela, que esteve conosco e também ao Administrador da nossa cidade, que falou àquela população que ali se reunia que naquele local não haverá cemitério, que serão respeitados o PDOT e as leis anteriores e que estudaremos outros espaços para que esse cemitério seja instalado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Aqui eu gostaria de dizer que queremos ser enterrados naquela cidade, mas precisamos que se mantenha aquele espaço para o desenvolvimento econômico lá. Sei que concordam comigo aqueles que têm pela cidade um apreço, como o nosso nobre Deputado Benício Tavares e o Deputado Chico Vigilante. Todos sabem da necessidade que temos de expandir o setor econômico, para dar emprego a uma cidade onde há um número muito grande de desempregados. Temos de dar oportunidade a nossas famílias de se firmarem e viverem ali com dignidade.

Aqui eu queria, mais uma vez, expressar o meu sentimento e, ao mesmo tempo, dizer que prontamente fui atendida pelo Secretário de Habitação e pelo nosso Administrador, que fez uma revisão do que estava ali posto, mas ficou uma dúvida: a assombração daquela cerca e daquela placa. Por que foram parar ali? Nós, da comunidade de Ceilândia — aqui estou representando, neste momento, aquela comunidade —, gostaríamos de continuar pedindo a compreensão de todas as autoridades. Queremos ser enterrados em Ceilândia. Queremos, sim, encontrar com Deus, mas não naquele pedaço de terra, que é um dos mais nobres que temos. Sem contar ainda que a implantação do cemitério naquela área trará um grande prejuízo ao meio ambiente, um grande prejuízo à bacia do Descoberto, Deputado Joe Valle, que tanto defendemos.

Meus agradecimentos. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

Eu gostaria de saber se mais algum parlamentar gostaria de usar a palavra. Se não quiserem, entraremos na Ordem do Dia, para procedermos às votações.

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi porque já estava deprimida, na cadeira sentada, ouvindo tanta pauta negativa. Pessoalmente, acho que temos de exercer a função de parlamentar, fazer as cobranças e exigir as mudanças necessárias, mas, dificilmente, a não ser que colocássemos um milagreiro no Palácio do Buriti, alguém conseguiria transformar esta terra arrasada, que é o Distrito Federal, em 5 meses.

Acho que há muita coisa para ser feita, muita coisa precisa ser acelerada, mas muitas coisas importantes têm sido feitas. Quero fazer um balanço das movimentações que aconteceram em relação a alguns movimentos paredistas, em que tivemos sucesso importante e conseguimos avanços para os trabalhadores. Em outros momentos, fizemos movimentos parecidos e saímos não com a cabeça baixa — a luta com certeza sempre vale a pena.

Quero ressaltar a importância da saída do movimento grevista dos auxiliares da educação. Fizem 17 dias de greve. Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos exatamente a clareza do papel do partido, do papel do Governo e do papel do sindicato. Não tenho dúvida de que o PT hegemoniza, do ponto de vista de filiação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

partidária, a grande maioria das entidades sindicais. Não foge da luta, como não fugiu, e tem a clareza do compromisso com o projeto político que nós elegemos. Quero dizer que os trabalhadores saíram com a vitória, muito importante, que foi resultado da luta e também do compromisso do Governo do Distrito Federal com o fortalecimento do serviço público. Isso é importante. Não se tem uma saúde de qualidade, uma educação de qualidade e uma segurança de qualidade com o aprofundamento da terceirização, a flexibilização e o sucateamento do serviço público, como nós vimos durante os últimos 12 anos.

Não é à toa que as escolas públicas estão e os hospitais públicos estão na situação atual. Os servidores têm há muito e muito tempo o esvaziamento total de políticas públicas nesta cidade. Portanto, o investimento no fortalecimento das carreiras é importante. Foi um resultado positivo que aconteceu com o movimento dos auxiliares em educação. Parabéns aos companheiros e parabéns também à sensibilidade do Governo do Distrito Federal.

A outra questão que eu queria colocar aqui é que os professores tiveram hoje uma grande vitória no Tribunal de Justiça que, por dezessete a zero, julgou improcedente a liminar que arguia a inconstitucionalidade do art. 15 do plano de carreira dos professores. Esse plano de carreira: dezessete a zero, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Julgou improcedente.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Julgou improcedente, deu vitória aos professores. Havia uma quantidade enorme de professores ali na Praça do Buriti – eu tive a oportunidade de estar presente – e isso coloca para a gente a responsabilidade que é de discutir a reformulação do plano de carreira dos professores aqui a partir do mês de setembro.

Eu queria, companheiro Presidente, dizer, para concluir, que amanhã, às 10 horas da manhã – acho que é uma agenda extremamente positiva – será lançada no saguão do Palácio do Buriti a política de enfrentamento da violência às mulheres no Distrito Federal. Amanhã será lançada uma política que não é só a política da nova Casa Abrigo, mas uma política de acolhimento das mulheres vítimas de violência na nossa cidade, que é uma das cidades mais violentas do País com relação às mulheres.

Eu vi hoje pela manhã no *DFTV* uma reportagem sobre a Casa Abrigo e sobre uma ação do Ministério Público que eu não entendi, até porque na sexta-feira foi chamada uma comitiva – eu não estive presente porque tive problema de ordem pessoal – para conhecer a nova Casa Abrigo do Distrito Federal. O que aconteceu com essa política de acolhimento às mulheres no governo passado? A Casa Abrigo chegou a ter uma ação de despejo por ausência de pagamento de aluguel. Nós tínhamos à frente do Conselho da Mulher um oficineiro. Nada contra os oficineiros, mas é um verdadeiro desrespeito à luta das mulheres no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

A população da Casa Abrigo passou de 20 para 52 mulheres. Isso significa que as mulheres estão sendo encorajadas a denunciar, até porque a violência – sabemos disso – dizima no nosso País a cada 15 segundos uma mulher. E essa é uma das coisas mais graves que a sociedade tem de enfrentar, independentemente de classe social. Por isso a ação, amanhã, de lançar uma política que vá acolher as mulheres, formar, qualificar profissionalmente as mulheres, inclusive uma política de educação para as crianças que estão juntas com as mães na Casa Abrigo.

É uma ação da maior importância para uma grande parcela de mulheres no Distrito Federal e para nós mulheres que somos privadas na grande maioria de políticas públicas em relação à saúde, em relação ao combate à violência. Até porque há a Lei Maria da Penha. Essa ação é amanhã, no Governo do Distrito Federal.

Eu quero parabenizar a companheira Algamir, Secretária de Mulheres, e dizer que pela primeira vez no Distrito Federal foi criada uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Isso significa um olhar específico sobre a maioria da população que, apesar de ser a maioria da população, de ter um número maior de anos de escolaridade, é a principal vítima do desemprego, da exclusão social e da violência. Então, criar uma secretaria especial significa um olhar especial sobre as mulheres.

Eu convido especialmente as minhas companheiras parlamentares e todos os meus colegas parlamentares para estarem presentes amanhã, no Palácio do Buriti. Essa é uma ação importante e acho que temos que relevar as ações importantes. Significa o início de uma política que dizima na nossa cidade, por todos os cantos, milhares e milhares de mulheres. Então, ter uma política de proteção às mulheres vítimas de violência significa encorajar as mulheres a denunciar. Precisamos, sim, de mais mecanismos sociais de proteção às mulheres.

Espero contar com a presença das minhas companheiras, especialmente as companheiras parlamentares, amanhã, no Palácio do Buriti.

Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Deputada Rejane Pitanga, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa. Conte comigo nessa questão, até porque as políticas públicas para as mulheres não têm cor, não têm partido.

Eu queria também deixar um registro. Acho que este governo tem muito ainda o que contribuir com a questão das mulheres. Se formos olhar o alto escalão do Governo do Distrito Federal, ele ainda é muito tímido na questão de participação feminina. É uma demanda que deixamos aqui registrada. Temos pouquíssimas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

secretárias, pouquíssimas mulheres no primeiro escalão e é uma cobrança que deixo registrada, para que a gente não só fale, mas faça também.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Mais algum parlamentar quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares? Deputada Celina Leão, Deputado Chico Vigilante e Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nobres parlamentares, imprensa, o que me traz aqui hoje à tarde a esta tribuna é que realmente acredito que precisamos de esclarecimentos.

Sou da seguinte família: fui muito bem criada, sou uma mulher muito educada e acredito na presunção de inocência. Na presunção de inocência, que todo cidadão é inocente até que se prove o contrário. Mas acredito também que nós não podemos deixar de fazer alguns questionamentos aqui nesta tarde.

Deputado Chico Vigilante, com todo o respeito que tenho por V.Exa., acredito que se fosse a situação contrária, como já aconteceu nesta Casa, antes mesmo de eu ter oportunidade de me defender, pois como V.Exa. disse aqui, às vezes a mídia nos persegue por motivos obscuros – já passei também por isso, sabe, Deputado Chico Vigilante, já passei por esse sofrimento de ser perseguida –, você não sabe qual o motivo, motivos obscuros, a mando de quem, inclusive com antecipação de V.Exa. neste plenário falando que haveria novas denúncias no dia seguinte. Diferentemente do comportamento de V.Exa., que assim que chegou a denúncia contra nós nesta Casa, não representei ainda contra V.Exa. porque acredito, sim, na presunção de inocência. Acredito que uma pessoa atacada pela mídia tem o direito de vir a essa tribuna falar o que está acontecendo, de se explicar.

Mas eu queria fazer algumas perguntas nesta tarde, e eu queria deixar aqui algum registro. V.Exa. disse que há mais pessoas que foram beneficiadas. Quem seriam essas pessoas? É o Governador Agnelo? Quais são os outros deputados que estão sendo protegidos? É o governador que está sendo protegido? E queria deixar aqui uma pergunta também: qual é o produto que a empresa M Brasil vende? É sapato, é roupa, são debêntures, é campanha?

V.Exa. tem razão quando fala muitas vezes que quando a gente recebe recurso de campanha, a gente não vai lá na empresa saber como é que a empresa funciona, mas a gente sabe no mínimo que tipo de produto a empresa vende, de que forma vende. Eu queria deixar assim – não estou acusando V.Exa., porque sei que há vários interesses que funcionam na política –: quero novamente registrar que, diferente do comportamento de V.Exa., que não poupou, que às 4 horas da tarde mandava uma nota em nome do PT, da Liderança do PT representando contra mim, não só aqui nesta Casa, mas no Ministério Público, quero deixar aqui registradas as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

minhas perguntas e quero falar uma coisa aqui. Se não forem respondidas da forma que achar, não tenho dificuldade de representar também, até para que venham à tona, para que sejam esclarecidas todas as coisas que tiverem que ser esclarecidas.

Mas sou uma mulher justa, uma mulher correta, que podia ter ganhado mídia a semana inteira, só de atacar V.Exa. E não o fiz. Não o fiz porque nunca subi, na minha vida, em cima das costas de ninguém. Eu nunca subi em cima da desgraça de ninguém! E a gente, muitas vezes, percebe nesta Casa que tem gente que só sobe em cima da desgraça dos outros. Que tem gente que só vira deputado, não sei quantos mil votos, falando mal desta Casa, botando esta Casa no chinelo, falando mal de parlamentares. Não é o meu comportamento, não sou assim. Talvez não tenha recebido esse tipo de comportamento, nem por parte de V.Exa., nem por parte do veículo que me bateu uma semana. Sei que isso faz parte do jogo político.

Quero falar uma coisa para V.Exa., Deputado Chico Vigilante. Se V.Exa. for inocente mesmo, como fala aqui, o coro engrossa; o que não nos mata, nos fortalece. Acredito na inocência de V.Exa. Vou pedir informações, sim, ao Ministério Público Eleitoral, para saber se essa empresa existe, se há crime eleitoral, se não há. Mas não faço prejulgamento aqui. Nenhum prejulgamento! Fui procurada no domingo por vários veículos de comunicação. Mandeí uma nota oficial dizendo que queria ouvir V.Exa. Poderia ter ganhado aí, quem sabe, 5 minutos de fama. Mas sou uma mulher séria.

Acho que algumas perguntas aqui precisam, sim, ser respondidas. Que tipo de produto a M Brasil vende? De que forma essa empresa trabalha? Os dois donos da empresa são mesmo laranjas? São proprietários de uma empresa ou são laranjas de uma empresa?

V.Exa. foi muito feliz aqui quando colocou que várias empresas procuram parlamentares para financiar. E nós temos, sim, que tomar cuidado de quem recebemos dinheiro. Porque, como V.Exa. colocou aqui, nós somos cobrados, sim. Nós somos muito cobrados! Principalmente quando recebemos dinheiro de cunho obscuro. Porque não somos cobrados só politicamente aqui.

Então, eu queria deixar aqui o meu registro. Ainda estou aguardando receber mais informações, até que se apurem todos os fatos. Vou pedir mais informações no Ministério Público Eleitoral para saber se isso está sendo apurado, se há crime, se não há crime, mas sem prejulgamento, sem prejulgamento! Sem montar nas costas de ninguém para ter 5 minutos de fama. Porque tem gente que só vive disso aqui, só vive da desgraça alheia.

Então, com todo o respeito que tenho por V.Exa., por todos os parlamentares desta Casa, acredito que são denúncias graves, sim. Denúncias graves que precisam ser esclarecidas, mas não de uma forma só política. Acho que tem de ser apurado no total, V.Exa. tem razão. Não dá para poupar um e botar o outro na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

fritura. Que companheiro é esse? Frita um e deixa o outro na fritura. Tira o outro: "Não, mata só ele aí, sozinho." Que tipo de companheirismo é esse?

Então, V.Exa. primeiro tem o meu respeito; segundo, a questão da presunção de inocência até que se esclareçam essas dúvidas que ainda tenho. As tenho! As tenho! Vou deixar registrado que as tenho, até que possam ser esclarecidas.

Muito obrigada.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria dizer, rapidamente, primeiro, Deputada Celina Leão, que acho que esta Casa, diferentemente de todas as demais legislaturas, tem um compromisso de resgate político diante da população.

E aí, companheiro Chico Vigilante, que eu conheço de muito tempo, muito tempo, e olha que já tivemos e temos diferenças – somos do mesmo partido, essa é a grandeza do PT –, eu posso conhecer muitas pessoas íntegras, mas não tanto quanto o companheiro Chico Vigilante. Não tenho nenhuma dúvida da integridade do companheiro e da justeza das suas posições, das quais muitas vezes, inclusive, Deputada, divirjo. Mas é um companheiro que sempre primou e teve sua vida pautada, primeiro, pela luta.

Existe toda uma engrenagem que impede, principalmente, candidaturas vinculadas aos movimentos sociais e aos trabalhadores de chegarem aqui. É por isso que somos poucos nesta Casa, no Senado e no Congresso Nacional, e o Chico é uma dessas pessoas, como eu e como outros companheiros e companheiras.

Quero dizer que entrar nesse jogo baixo, sujo, que coloca todo mundo como se fosse ladrão antes que se prove o contrário, como se subvertesse a ética, é o jogo que esta sociedade não quer ver mais. O que a sociedade quer não é uma CPI atrás da outra, para nada ser investigado e ficar tudo por isso mesmo. A sociedade quer desta Casa, primeiro, o compromisso com o resgate da imagem, primeiro que a gente diga para que veio aqui. A sociedade do Distrito Federal quer políticas públicas, a sociedade do Distrito Federal quer ver esta Casa votando projetos.

Eu quero dizer para V.Exa., Deputada, que não foi uma quadrilha que ganhou a eleição para estar à frente do Palácio do Buriti. Foi um projeto para mudar esta cidade. E nós vamos mudar, queiram ou não queriam! Conseguimos ganhar as eleições nesta cidade depois de 12 anos, 12 anos de corrupção; 12 anos de fisiologismo; 12 anos que o dinheiro público escorreu pelo ralo, porque se assim não fosse, a saúde estaria diferente, a educação estaria diferente, a geração de emprego estaria diferente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Então, eu tenho certeza de que todos os parlamentares desta Casa têm o compromisso com o resgate da ética. Eu tenho certeza disso. E eu acho que a maior tarefa nossa, ao invés de ficarmos uma tarde inteira debatendo e perdendo tempo com determinadas coisas, alimentando o que não tem que ser alimentado, eu não tenho dúvida nenhuma de que o Deputado Chico Vigilante, antes de mais ninguém, quer que tudo seja apurado. Agora, não entendo! É por isso que defendemos o financiamento público de campanha, porque isso é a maior hipocrisia que existe no nosso País. Eu tenho certeza de que o Deputado Chico Vigilante é o maior interessado na apuração de todos os fatos que estão sendo veiculados.

E aí, companheiro, acho que a nossa solidariedade é importante, porque precisamos virar a agenda desta Câmara, precisamos virar. Para não pegarmos o jornal, como pegamos no domingo, e acho que todo mundo viu: “Distritais improdutivos”, o que não corresponde à verdade, há uma série de ações que têm sido realizadas por esta Casa. A sociedade quer de nós outra postura. E antes de mais nada, trabalho e compromisso com o resgate desta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Rejane Pitanga, obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu prestei todos os esclarecimentos na minha fala inicial.

As minhas contas foram aprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral sem ressalva. Eu não tenho explicação nenhuma a dar a quem quer que seja. Estão nos autos as minhas contas, que foram aprovadas sem ressalva. Eu não tenho contas sendo investigadas pela Polícia Federal. As minhas contas não tiveram ressalva! As minhas contas não estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Não foram mandadas pela Polícia Federal para investigação, como as contas de pessoas daqui que foram mandadas, gente inclusive que me questionou e que está lá com as continhas sendo investigadas pela Polícia Federal. As minhas, não! As minhas estão aprovadas por unanimidade, sem ressalva.

Eu sou vigilante. Hoje eu sou deputado. Eu não sou vendedor de loja qualquer que seja. Eu não quero saber de produto, eu não vou comprar produto. Eu quero saber que me foi doado um recurso e eu o coloquei na contabilidade. Está lá no Tribunal, é só entrar no *site* e ver. Se a Deputada quer fazer investigação, vá investigar caixa 2, porque o que está no Tribunal não precisa de investigação. É só entrar no *site* e ver as contas de todos. Se quer saber para quem mais essa empresa doou, entra no *site* do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral e vai ver. Está lá para quem ela doou. Está lá, porque não é escondido. Se fosse escondido não estaria lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Portanto, não vamos caçar chifre em cabeça de cachorro. Não vamos ficar querendo caçar pelo em ovo. Não fique aqui querendo dar discurso para o Marcola. Acho até que ele pode colocar uma foto sua no jornal, dizendo que você me questionou e não teve resposta. Como não teve? Está lá no tribunal, eu disse desde o primeiro momento. Eles não investigaram nada! Entraram no *site*, viram as minhas prestações de contas, e vão levantando. Levantem a dos outros também! Por que não levantam a dos outros? Por que não dizem quais são as 1.450 empresas que tiveram o sigilo quebrado para verificar se podiam doar ou não? Se tiver alguma, Deputado Wasny de Roure, que me doou e não podia doar, o problema é dela!

Eu pergunto aqui, mais uma vez: está lá o ex-Secretário José Flávio, que deve ter doado para alguém. Alguém foi perguntar para ele se, com o que ele tinha ganhado ou com o imposto de renda dele, ele dava conta de doar aquilo ali? Ninguém perguntou. Isso não é problema nosso! É um problema do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Na hora que foi transferido o dinheiro, foi feito *on line*, via bancária, e depois foi assinado um recibo. Cai imediatamente no COAF. Não tem investigação nenhuma, não tem nada, o que tem é sacanagem, molecagem, é coisa do Marcola! É isso.

Agora, eu estou absolutamente tranquilo. Pensa em um cidadão tranquilo, pensa em um cidadão que não tem problema nenhum com relação a isso, até porque não é a primeira vez. E aí, eu já quero dar mais uma dica para o Marcola: ô Marcola, reviva a tal da história da Asefe, porque aquela eu ganhei. Processei os canalhas e tiveram que me pagar indenização!

Portanto, o Marcola pode vasculhar a minha vida onde ele quiser, porque ele não vai achar nada! Agora, o que é lamentável, e isso não é liberdade de imprensa, Deputado Wasny de Roure — isso não é liberdade de imprensa —, é que o sujeito compre um jornal para atacar a dignidade das pessoas. Isso é pistolagem! É pistoleiro da honra alheia. Pistoleiro da honra alheia! E o mais grave ainda é que tem gente que se presta a ajudar esse pistoleiro da honra alheia.

Portanto, eu não tenho, Deputado Patrício, nenhum questionamento a responder. Nenhum. A minha prestação está lá, aprovada por unanimidade. Se o tribunal tivesse rejeitado minhas contas, aí eu teria muito a explicar.

Mas eu não vim aqui para falar disso, não, Presidente Deputado Patrício. A verdade é que vim falar exatamente disto aqui: V.Exa., que já serviu na Câmara Federal, sabe como é a situação dos trabalhadores terceirizados naquela instituição. Quando eu era Deputado Federal, juntamente com o então Secretário-Geral da Câmara e depois Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, nós conseguimos, Deputado Patrício, Deputado Dr. Michel, V.Exa. que também faz parte da Mesa, que na Câmara Federal fosse paga uma quantia a mais para os trabalhadores terceirizados. V.Exa. sabe disso, não é, Deputado Patrício? Aqueles trabalhadores terceirizados da limpeza, vigilantes, enfim, todos os terceirizados da Câmara,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que foi deputado federal, têm 30% a mais de salário acima do piso deles. Isso é pago na Câmara Federal.

O Tribunal de Contas da União questionou isso aí e veio no embate. A Câmara peitou e continuou pagando, e na quinta-feira eles regulamentaram essa questão. Foi aprovada uma resolução interna e virou lei. Portanto, os trabalhadores terceirizados da Câmara Federal passam a receber — ou melhor, já recebiam, agora está legalizado — 30% acima do piso.

Eu acabo de apresentar um projeto de resolução e quero o apoio de V.Exa. — eu não o apresentaria se não soubesse da sensibilidade de V.Exa. como Presidente, e do nosso querido companheiro, Vice-Presidente Deputado Dr. Michel. Eu quero o apoio de V.Exas., Deputado Joe Valle, e dos demais integrantes da Mesa, para que possamos aprovar essa mesma resolução aqui na Câmara Legislativa.

A resolução é um pouco mais ampla, Presidente Deputado Patrício, porque ela pega outro ponto, que é a questão de moralizarmos a prestação de serviço e impedirmos que empresas deem calote nos trabalhadores, e autoriza que a Câmara possa pagar diretamente aos trabalhadores, se sentir que a empresa pode dar calote.

Vai saindo do plenário o Deputado Agaciel Maia. Quando V.Exa. era Diretor-Geral do Senado Federal, eu me lembro de que lá, com V.Exa. mais a Dra. Josefina, que era diretora jurídica, uma vez nós pagamos — V.Exa. se recorda — diretamente aos trabalhadores vigilantes porque a empresa tinha quebrado, tinha dado calote.

Portanto, Presidente Patrício, nós estamos apresentando essa resolução, para a qual eu peço o apoio de V.Exa. e da Mesa, e apoio de todos os pares, para que a transformemos em uma lei interna da Câmara Legislativa. Esses trabalhadores terceirizados merecem efetivamente, são trabalhadores da mais alta qualidade. Portanto, eles merecem o que não é um benefício, mas até um dever nosso para com eles. Peço o apoio de V.Exa. e de todos os pares para que possamos aprovar.

Creio que eu já tenha, neste momento, o apoio do Deputado Patrício, Presidente, do Deputado Dr. Michel, do Deputado Joe Valle. Quero que V.Exas. trabalhem o restante da Mesa, e vamos trabalhar todos do Plenário. Eu tenho certeza de que o Deputado Washington Mesquita, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Benício Tavares, o Deputado Benedito Domingos, a Deputada Liliane Roriz, a Deputada Luzia de Paula, todo mundo está de acordo em concedermos esse benefício a esses trabalhadores terceirizados daqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia me silenciar. O Deputado Chico Vigilante tem sido sucessivamente atacado no *Jornal de Brasília*, e nós conhecemos a história do Deputado Chico Vigilante. Não é apenas um homem honrado, mas um homem que tem lutado pelas causas dessa cidade. Podemos até discordar muitas vezes da maneira como ele faz, mas a integridade e a história de luta do Deputado Chico Vigilante vêm incomodando muita gente e, principalmente, a sua vinda, o seu retorno à Câmara Legislativa tem incomodado mais ainda.

O debate, trazido a esta Casa, sobre ocupação em áreas de estacionamento de *shopping* para instalação de posto de combustível tem trazido um desconforto a alguns setores desta cidade que não têm interesse em dar capilaridade, competitividade ao preço do combustível.

Eu quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que eu sei que V.Exa. passou por um momento difícil do ponto de vista da sua saúde, mas a sua luta é a nossa luta. Conte conosco, conte com a nossa solidariedade, porque nós sabemos que V.Exa. incomoda principalmente aqueles setores que não querem buscar o retorno da cidadania em Brasília. Mas nós não vamos recuar dessa caminhada. Continue contando conosco, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Não, Sr. Presidente. Eu estou me inscrevendo para falar como Parlamentar.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu queria aproveitar, Deputado Chico Vigilante, para informar que, na época, quantas vezes V.Exa. e eu enfrentamos problemas com os serviços terceirizados, quando as empresas recebiam o dinheiro dos servidores e depois iam embora?

Eu acho que esse projeto que a Câmara dos Deputados aprovou é um passo adiante. É importante, Deputado Chico Vigilante, o tratamento dado. E à época, como Diretor-Geral do Senado — sangrei também muito, apanhei bastante da mídia sob todos os aspectos —, no que diz respeito à inovação na contratação dos serviços terceirizados, quando a legislação exigia que se publicasse a convocação para o edital dos serviços terceirizados no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação em Brasília, eu mandava publicar nos 3 de Brasília, que à época eram *Tribuna do Brasil*, *Jornal de Brasília* e *Correio Braziliense*, em um de São Paulo e em outro do Rio de Janeiro, sem a necessidade, para haver uma ampla divulgação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Quando saí, a Secretaria do Planejamento certificou que o único órgão público do Brasil que tinha reduzido as despesas com pessoal era o Senado Federal, mas nunca ninguém publicou isso, também nem havia interesse de publicar.

Aos servidores terceirizados da Casa, nós estabelecíamos um valor de auxílio alimentação de 20 reais por dia, porque o auxílio alimentação, Deputado Chico Vigilante, tem caráter indenizatório, então ele não passa pela planilha de lucro da empresa, ele sai do órgão público e vai direto para o bolso do trabalhador. Era uma forma de compensar os baixos salários fixados muitas vezes pelo sindicato, que não davam para manter o servidor terceirizado que trabalha em um órgão onde tem que usar um vestuário diferenciado, porque é exigido, e, às vezes, mora distante. Não poderia ser tratado da mesma maneira.

Às vezes, eu deparava com parlamentares da Paraíba, de outro órgão, que me diziam: "Agaciél, esse serviço terceirizado aqui do Senado paga bem. Lá em Campina Grande, o sujeito ganha a metade do que está ganhando aqui". Mas era o caso do sujeito lá poder usar uma calça jeans a semana toda, com camiseta, ir e voltar a pé para casa, diferentemente do Senado, onde tinha de vestir paletó e gravata por exigência regimental. Então, o serviço terceirizado, que é marginalizado dentro da administração pública, tem de ser tratado de maneira diferente.

Eu quero elogiar V.Exa. por essa iniciativa, porque muitos questionavam e diziam: "Você está louco! Como é que você vai dar 20 reais por dia de auxílio alimentação para um terceirizado? Você quer igualar esses terceirizados ao servidor de carreira?" Eu fazia a indagação: "Por quê? Você acha que um terceirizado, quando vai comprar um quilo de feijão no supermercado, por ser terceirizado, compra mais barato do que nós, que somos servidores de carreira? Ou você acha que o dispêndio de se fazer uma feira é diferenciado?" Então, esse é um debate que é feito de maneira, às vezes, meio hipócrita, em que querem marginalizar os servidores terceirizados, quando na realidade eles têm de ser bem tratados.

Eu acho que muitas carreiras têm de ser de concursados. Agora, os serviços, comprovadamente, no serviço público brasileiro, contratar por concurso público copeiro, vigilante, essas funções, não funciona porque eles são todos desviados de função. E aqui na Câmara Legislativa não está sendo diferente. Se faz concurso para auxiliares, depois... Nós fizemos um concurso para motorista lá; passou aviador, professor de matemática da UnB. Como manter esses servidores na limpeza? É um sujeito que conhece o pai, que liga para o deputado, que liga para o prefeito, e no máximo, em dois anos, está todo mundo desviado. E os concursados de auxiliares da Câmara, inclusive aqui, Deputado Patrício, foram desviados de função e foram prejudicados porque, na função que eles exerciam, mesmo sendo um trabalho mais árduo, eles recebiam adicional de insalubridade e, ao serem desviados de função, perderam essa gratificação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Então, eu queria parabenizar V.Exa. por tratar desse assunto, porque nós vivemos esse problema não só no Senado como na Câmara. O que tem de ser exigido, e muitos deles acham que isso é direcionamento de licitação, são indicadores que comprovem que a empresa não é picareta, senão eles contratam, ganham a licitação, não fazem aprovisionamento para décimo terceiro e, quando chega o final do ano, embolsam o dinheiro que o órgão público paga, vão embora, deixando os funcionários sem receber.

Então, a iniciativa da Câmara dos Deputados hoje é louvável, porque evita exatamente esses erros. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. Posteriormente, ao Deputado Benedito Domingos.

Eu vou só pedir aos parlamentares que tenham compreensão. A Mesa hoje foi muito compreensiva, deixamos todo mundo falar, mas a partir de amanhã, questão de ordem é questão de ordem. Estão confundindo questão de ordem com discurso e fazendo intervenção. Então, amanhã a Mesa vai ser rígida: quem quiser falar, inscreva-se e fale nos Comunicados de Parlamentares. Na questão de ordem, a Mesa vai cobrar qual é a questão de ordem, qual é o encaminhamento. Aviso aos parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, eu acho que todos vocês devem ter acompanhado nos *blogs* uma denúncia gravíssima falando que o Governo do Agnelo é uma quadrilha. Estranhou-me muito falarem em quadrilha, Deputada Rejane Pitanga.

Eu acho importante este pronunciamento que eu vou fazer agora, inclusive para os jornalistas que aqui estão. Eu, como parte da Oposição nesta Casa, acho muito estranhas as declarações do jornalista Edson Sombra e, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de convidá-lo para vir aqui na Casa esclarecer o que ele fala nesse artigo. Se vocês não o leram, eu quero ler e, com certeza, os meus colegas, os meus pares, vão concordar e convidá-lo para dizer o que ele tem a declarar sobre essas acusações tão graves que ele faz:

“Agnelo Queiroz e sua quadrilha.

Desde que tomaram posse no GDF, o Governador Agnelo dos Santos Queiroz Filho, seu Secretário de Saúde Rafael Barbosa, e a Presidente do Hemocentro, Beatriz Macdowell, que, em tese, deveriam melhorar as condições de saúde e a vida dos doentes em minoria, a exemplo dos hemofílicos, partem como abutres para destruí-los. Além de deixarem faltar medicamentos, descumprirem decisões judiciais,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

racionarem medicamentos, perseguirem servidores, agora querem mudar o leite indispensável à sobrevivência dos fenilcetonúricos”, que são os hemofílicos.

“O Governador do Distrito Federal age à frente do Executivo como um verdadeiro banana, frouxo em suas decisões, não tem comando sobre seus secretários e vira as costas para a população.

O Governador Agnelo dos Santos Queiroz Filho, que em campanha prometeu, em três meses, resolver os problemas da saúde, demonstra, com sua falta de palavra, ser, além de mentiroso, incompetente para governar a nossa cidade.

O Governador precisa tomar vergonha na cara, parar de brincar de governar e afastar, de uma vez por todas, enquanto é tempo, alguns de seus auxiliares que tomaram de assalto diversos órgãos por eles administrados e tratam a população com descaso.

Não temo as ameaças, não temo a central de arapongagem montada com o uso de agentes públicos, não temo a fabricação de dossiês falsos, não temo ações judiciais, pois tenho certeza de que hoje temos, no comando de diversos órgãos do Distrito Federal, bandidos que integram uma verdadeira organização criminosa, e o Sr. Governador Agnelo dos Santos Queiroz Filho se omite. Por que será?”

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, colegas, eu gostaria que todos os Deputados, Deputado Chico Vigilante, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Cláudio Abrantes, assinassem esse requerimento e convidassem o jornalista Edson Sombra para esclarecer tais denúncias.

Portanto, eu, como Oposição a este Governo, e a população do Distrito Federal esperamos uma reação do Governador Agnelo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Deputado Dr. Michel, Deputado Olair Francisco, Sras. e Srs. Deputados, eu tinha feito um propósito pessoal de não usar esta tribuna para fazer defesa de tantas acusações que venho sofrendo, ao longo de mais de um ano, mas hoje eu acho oportuno fazer algumas considerações porque venho sofrendo amargamente uma campanha sistemática, impiedosa, eivada de inverdades, que tem machucado não só a minha pessoa, mas a minha família e meus amigos, trazendo uma situação muito constrangedora para uma pessoa. Hoje tenho 76 anos de idade, 53 anos de Brasília e quase 40 anos de vida pública, exercendo aqui várias atividades na nossa capital. Inclusive, até o momento, sou o único político que já disputou as eleições nas 5 modalidades que Brasília oferece.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Acontece que sofremos muito com coisas pesadas, tremendamente pesadas, recebendo a oportunidade de ser colocado na primeira página de jornal de grande circulação da cidade: família grande, família milionária, que lucrou 14 milhões, somando a fonte luminosa e outras obras, e tantas coisas. É um absurdo! Isso tem nos causado problemas. Até um dos meus netos se sentiu constrangido e humilhado no colégio em que estuda. A minha esposa se sente até envergonhada. Por quê? Apuraram? Fizeram alguma coisa? Estava em segredo de justiça. O processo não é contra mim. O processo que abriram foi para investigar 23 administrações regionais – o Governador, o Secretário de Governo, o coordenador das cidades satélites.

Por eu ter o filho e o neto donos de empresas que prestaram serviços, fizeram questão de envolver o meu nome nesse processo. Aí eu passei a ser a única estrela para apanhar nesse processo. Um processo que estava em segredo de justiça foi vazado às vésperas das eleições, a 3 dias das eleições, em duas páginas nos jornais! Fui acusado de chefe de quadrilha. Diziam que eu tinha desviado um milhão de reais da Administração de Taguatinga, na ornamentação natalina, sendo que o valor gasto foi de R\$ 49.950,00 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta reais). Um milhão de reais foi o que o Governo distribuiu para todas as administrações regionais. Todas elas têm suas estruturas, têm seus DAG, têm seus jurídicos, têm tudo para fazer suas licitações. Se erro houve, que cada um responda pelo seu erro. Eu respondo que não errei.

Quando eu vejo um companheiro como o Deputado Chico Vigilante, a quem eu conheço e admiro há muitos anos – fomos colegas na Câmara dos Deputados, sei do seu caráter, dos seus princípios – sofrendo, eu brinquei com ele: “Chico, tem que estar com o lombo quente, porque a gente sofre”. Essas pancadas, Sr. Presidente, que vêm com certas acusações não doem no corpo, elas doem na alma, ofendem nossa alma, nosso sentimento maior. Mas eu estou tranquilo, porque eu não devo – como o Deputado Chico Vigilante também está tranquilo.

Nós fizemos nossa defesa e a entregamos ao nosso Corregedor. Depois que eu a entreguei, nem bom-dia eu dei a ele. Não o procurei nem para saudá-lo com um bom-dia ou com um boa-noite. Ele irá examiná-la. Por uma questão de princípio e em respeito ao Corregedor, eu não entreguei uma cópia aos demais companheiros, mas depois eu darei uma cópia da nossa defesa a todos os companheiros.

Eu dou graças a Deus que o processo está tão eivado de inverdades que conseguimos desmontá-lo. Só um exemplo: gastaram 3 laudas me batendo porque encontraram nos documentos da empresa do meu filho um depósito de R\$30.000,00 (trinta mil reais) feito na minha conta, dizendo que, quando ele recebeu a fatura, um minuto depois fez a transferência, mas não me perguntaram se aquilo era propina. Aquilo era o pagamento de um empréstimo que tinha feito a eles 60 dias antes. Quando receberam, eles o devolveram a mim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

São coisas desse tipo, maldosamente colocadas, sem nenhum sentimento, sem nenhum compromisso com a verdade, simplesmente tentando destruir, macular vidas, graças a Deus, honradas. Por isso eu ando de cabeça erguida, sem nenhum problema, enfrentando.

Eu acho que se formos guiados por esta Casa, hoje esse processo que veio e foi encaminhado à Procuradoria é baseado no que a imprensa noticiou. A base foi o que a imprensa vem anunciando. Se formos andar por aquilo que a imprensa noticia, V.Exas. terão que abrir processos quase todos os dias, quase todas as semanas, quanto a outros companheiros também. Não por esse caminho.

Eu acho que Brasília passa por uma fase difícil, mas eu só quero dizer a vocês que tenho confiança em Deus, que é o Senhor da justiça. Não guardo mágoa, não guardo rancor, não guardo ódio; também não peço clemência nem misericórdia. Só quero justiça. Diz uma máxima que, se você encontrar, um dia, o direito em confronto com a justiça, fique com a justiça. O direito é humano, a justiça é divina.

Então, confiando nessa providência, sem dúvida alguma, tranquilamente, vamos enfrentando a vida e nos solidarizando com a situação de muitos companheiros que ainda irão apanhar também. Talvez não seja só um ou dois ou três. O Poder Legislativo é o mais fácil de se bater, porque é o mais transparente de todos.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de trazer aqui estas poucas palavras, mesmo contrariando o meu propósito de não vir a esta tribuna falar sobre isto. Espero que, brevemente, possamos usá-la para falar sobre as coisas boas que irão acontecer no nosso Governo, em Brasília, para o bem da nossa população.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.235, de 2009, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “cria no âmbito do Distrito Federal o programa habitacional destinado aos profissionais do ramo de bares, restaurantes, hotéis e similares, residentes no Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

RELATÓRIO Nº /2011

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 1.235/2009, que “Cria no âmbito do Distrito Federal o Programa Habitacional destinado aos profissionais do ramo de bares, restaurantes, hotéis e similares residentes no Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado OLAIR FRANCISCO

Por meio da Mensagem nº 25/2011-GAB, o governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto total ao Projeto de Lei nº 1.235/2009, que tem o objetivo de criar programa habitacional destinado aos profissionais do ramo de bares, restaurantes, hotéis e similares.

O referido projeto, de autoria do Deputado Milton Barbosa, estabelece os critérios para habilitação para participação do programa, e incumbe o governo da destinação das áreas necessárias à sua implantação.

Nos termos da proposta, os interessados poderão se organizar em cooperativas para a construção dos imóveis. É fixado o prazo de noventa dias para as providências de regulamentação.

Para justificar a iniciativa, o autor enfatiza uma das necessidades básicas do ser humano: a moradia. Destaca, ainda: “Assim, cabe ao Poder Público criar condições para que todos os segmentos sociais e profissionais,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL. n.º 1235/09
Fla. n.º 27 18



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

com prioridade para que a população de baixa renda possa ter acesso à habitação”.

O projeto recebeu, em Plenário, substitutivo de autoria dos Deputados Milton Barbosa e Eliana Pedrosa. Pelo novo texto, foram incluídos, entre os beneficiários, os profissionais da área de serviços gerais. Também foi acrescentado, entre os requisitos de participação, o inciso IV, que exige exercício de, pelo menos, um ano nas atividades mencionadas.

Esclarecendo suas razões de veto, o Governador aponta inconstitucionalidade na proposta, ao interferir na administração dos bens distritais, assunto cuja iniciativa é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Isso representaria violação do disposto nos arts. 52, 53 e 100, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Essas são as informações que julgamos necessárias para que a Câmara legislativa delibere sobre o veto oposto pelo Governador

Sala das Comissões,

Deputado CHICO LEITE
Presidente

Deputado OLAVO FRANCISCO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 1235 / 09
1ª. n.º 28 178



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Lembro aos Srs. Deputados que há um acordo do Colégio de Líderes pela manutenção do veto.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31/05/2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.235/09

Autor: Deputado(a): Milton Barbosa ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Alan Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		15			09	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL	ASSP Nº _____ Fls. ° _____
------	----------------------------	-------------------------------

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		

CONSOLIDADO POR 1381	ASSP/ Nº _____
ASSINATURA	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto ao Projeto de Lei nº 1.235, de 2009. A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.437, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “dispõe sobre local exclusivo para carga e descarga de veículos de transporte de valores e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 1.437, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “dispõe sobre local exclusivo para carga e descarga de veículos de transporte de valores e dá outras providências”.

Pela Mensagem nº 31, de 2011, o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de veto total ao Projeto de Lei nº 1.437, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade. Quanto às razões, S.Exa. assim se manifestou:

“Com efeito, o Projeto de Lei nº 1.437, de 2009, viola o princípio da supremacia do interesse público. Com efeito, ao determinar a criação de estacionamentos exclusivos para as operações de carga ou descarga de valores junto a estabelecimentos econômicos, comerciais, financeiros e congêneres, não restringiu o seu uso a determinados horários, deixando à disposição das empresas que operam veículos denominados carros-fortes responsáveis pela manutenção de caixas eletrônicos uma vaga permanente.

Ademais, estabelece multas a serem aplicadas aos estabelecimentos que cumprirem os ditames legais em patamares bastante elevados. Sem dúvidas, os valores previstos são desproporcionais, com efeito confiscatório sem justificativa. O exercício do poder de polícia encontra limites na observância da necessidade, proporcionalidade e adequação da medida.” (fls. 24/25)

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

É o seguinte o relatório, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	55



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1437, 2009
Fls. nº 28 M-11-071

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 1437/09, que *dispõe sobre local exclusivo
para carga e descarga de veículos de
transporte de valores e dá outras
providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Ilair Francisco

Pela Mensagem nº 31/2011-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 1437, de 2009, de autoria da Deputada Érika Kokay.

Inicialmente, faço um apanhado do texto contido na proposição vetada.

O artigo 1º repete a ideia contida em sua ementa, e seu parágrafo único estabelece a abrangência da determinação contida na norma; o artigo 2º e seus parágrafos conferem detalhes quanto ao espaço a ser utilizado para carga e descarga; o artigo 3º condiciona a concessão de alvarás de funcionamento ou a renovação dos existentes ao cumprimento de seus preceitos; o artigo 4º estabelece penalidades; o artigo 5º impõe ao DETRAN/DF a fiscalização do cumprimento da norma; seguem-se cláusulas de vigência e de revogação genérica.

Nesta Casa, o projeto recebeu pareceres favoráveis em plenário da Comissão de Assuntos Fundiários (fls. 6), da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 9) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 12).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1437/2009
Fls. nº 29 (11.07.11)

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade. Quanto às razões, S. Exa. assim se manifestou:

"Com efeito, o Projeto de Lei n.º 1437/09 viola o princípio da supremacia do interesse público. Com efeito, ao determinar a criação de estacionamentos exclusivos para as operações de carga ou descarga de valores junto a estabelecimentos econômicos, comerciais, financeiros e congêneres, não restringiu o seu uso a determinados horários, deixando à disposição das empresas que operam veículos denominados carros-fortes responsáveis pela manutenção de caixas eletrônicos uma vaga permanente.

Ademais, estabelece multas a serem aplicadas aos estabelecimentos que cumprirem os ditames legais em patamares bastante elevados. Sem dúvidas, os valores previstos são desproporcionais, com efeito confiscatório sem justificativa. O exercício do poder de polícia encontra limites na observância da necessidade, proporcionalidade e adequação da medida." (fls. 24/25)

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

Dep. Olair
"ad hoc"



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de orientar o nosso bloco. A princípio, nós tínhamos discutido na reunião de Líderes que faríamos a manutenção do veto. Mas depois de um pedido do Deputado Chico Vigilante, nós alteramos e orientamos o nosso bloco pela derrubada do veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um projeto de mais alta importância, tanto é que eu conversei com o Deputado Rôney Nemer e com os demais Líderes, porque esse projeto disciplina os locais, Deputado Dr. Michel, para descarga e recarga dos caminhões transportadores de valores. Muitas vezes passamos na W3 ou nas imediações de um *shopping* e vemos o risco que a população transeunte passa no sentido de não ter locais específicos para que se faça essa descarga.

Então, nós estamos pedindo a todos os parlamentares aqui para que possamos derrubar esse veto. Nós sabemos que vai ter uma gritaria geral dos banqueiros, porque banqueiro não quer ter preocupação nenhuma com segurança. Mas essa, Deputado Patrício, V.Exa. que também é policial, é uma lei fundamental a ser implementada no Distrito Federal, e para isso pedimos a derrubada desse veto, Deputada Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em processo de votação.

Só lembrando aos Srs. Deputados que há um acordo feito no plenário pela derrubada do veto, pelo voto “não”. Esse é o encaminhamento das bancadas do Colégio de Líderes feito em plenário, mas o Parlamentar, é claro, não é obrigado a seguir o encaminhamento dos Líderes, caso ache o contrário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo o acordo e a importância deste projeto, voto pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	59



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31, 05/2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1937/09

Autor: Deputado(a): Erika Kokay

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Alan Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		-		X	
	AYLTON GOMES	PR		-		X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB		X			
	CELINA LEÃO	PMN		-		X	
	CHICO LEITE	PT		-		X	
	CHICO VIGILANTE	PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		-		X	
	DR. MICHEL	PSL		X			
	ELIANA PEDROSA	DEM		-		X	
	EVANDRO GARLA	PRB		X			
	JOE VALLE	PSB		X			
	LILIANE RORIZ	PRTB		X			
	LUZIA DE PAULA	PPS		X			
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X			
	RAAD MASSHOU	DEM		-		X	
	REJANE PITANGA	PT		X			
	RÔNEY NEMER	PMDB		X			
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X			
	WASNY DE ROURE	PT		X			
	WELLINGTON LUIZ	PSC		-		X	
	PATRÍCIO	PT		X			
	TOTAL			16		08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL	ASSP Nº 1 Fls. °
------	----------------------------	---------------------

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		

ASSINATURA	CONSOLIDADO POR 138V	ASSP/ Nº 1
	MAT.	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto ao Projeto de Lei nº 1.437, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 3:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.593, de 2010, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “declara de utilidade pública a Associação Serrana de Futebol Infantil – ASFI”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Governador encaminhou a Mensagem nº 29/2011 para comunicar que, nos termos do art.74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetou o Projeto de Lei nº 1.593, de 2010, que “declara de utilidade pública a Associação Serrana de Futebol Infantil – ASFI”, de autoria do eminente Deputado Raad Massouh.

Em suas razões, o Sr. Governador ressalta que mediante o exame dos arts. 218 a 220 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 1.617, de 1997, e do Decreto nº 1.004, de 1998, constata-se que compete ao Poder Executivo, e não à Câmara Legislativa, por meio de decreto, após observados os atendimentos de diversos requisitos constitucionais e legais, declarar de utilidade pública uma entidade.

São essas as razões que julgamos necessárias à deliberação do referido veto por esta Casa, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O acordo feito no Colégio de Líderes é pela manutenção.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	05	2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	62



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31, 05/2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): Raad Masshou

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		16			08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. DE MICHEL	ASSP Nº / Fls.º
------	---------------------------	-----------------

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		

CONSOLIDADO POR	1384	ASSP / Nº /
ASSINATURA	MAT.	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto total.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. a retirada da apreciação do próximo veto da pauta, porque uma matéria está em curso e será encaminhada pelo Governo e nós teríamos alguns problemas face à possível manutenção desse veto. Queremos verificar no texto, com a proposição que o Governo está encaminhando, qual seria a melhor saída. Caso contrário, só no ano que vem esta matéria poderá ser apreciada.

A informação da assessoria de V.Exa. é que não podem ser colocadas as 13 assinaturas no projeto de iniciativa do Poder Executivo. Então, peço a compreensão para um exame melhor da matéria. Possivelmente retornaremos a ela.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., mas solicito que a assessoria técnica da Liderança do Governo aprecie o mais rápido possível, porque a intenção da Mesa é desobstruir a pauta votando todos os vetos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim, Sr. Presidente. O problema é que essa questão veio a nós hoje, por isso não foi tratada anteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. com todo o prazer. Quero apenas que a assessoria faça o trabalho o mais rápido possível. Então, retiro de pauta o item nº 4.

Item nº 5:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.372, de 2009, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “obriga os veículos cadastrados no Departamento de Trânsito do Distrito Federal a transportarem em seu interior sacola ou recipiente afim, apto ao acondicionamento de latas, sacos, resíduos alimentares e encartes publicitários e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1372, de 2009, que "obriga os veículos cadastrados no departamento de trânsito do Distrito Federal a transportarem em seu interior, sacola ou recipiente afim, apto ao acondicionamento de latas, sacos, resíduos alimentares e encartes publicitários, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado WELLINGTON LUIZ

O Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa, por meio da Mensagem nº 46, de 02 de março de 2011, que, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, opôs veto total ao Projeto de Lei nº 1.372, de 2009.

O Projeto de Lei, de autoria do deputado Benedito Domingos, "obriga os veículos cadastrados no departamento de trânsito do Distrito Federal a transportarem em seu interior, sacola ou recipiente afim, apto ao acondicionamento de latas, sacos, resíduos alimentares e encartes publicitários, e dá outras providências".

O PL foi lido em 09/09/2009. De acordo com o Sistema de Informações Legislativas (LEGIS), não foram apresentadas emendas. Em 16/12/2010, o PL foi apresentado em Sessão Extraordinária, na qual foram procedidos os votos simbólicos dos pareceres orais das Comissões em Plenário, as quais foram: Comissão de Educação e Saúde; Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; e, Comissão de Constituição e Justiça.

O PL foi aprovado em primeiro turno em 16/12/2010 e, em segundo turno, em 17/12/2010.

O Poder Executivo apresentou como motivo do VETO TOTAL a inconstitucionalidade formal, uma vez que o Projeto de Lei nº 1.372, de 2009, invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.

São esses os elementos que entendemos necessários para a apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Deputado WELLINGTON LUIZ

RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 1372 / 09
Fls. n.º 21



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Lembro que há acordo do Colégio de Líderes pela manutenção do veto.

Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos para discutir.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou perder, mas vou votar para manter o projeto. Aqui se falou do que é certo, tudo bem, mas acontece que a fiscalização do comportamento do motorista não diz respeito a veículo nem a tráfego. Nós nos acostumamos a ver aqui resíduos de lixo serem jogados fora. Se são, precisamos cobrar do Detran a fiscalização. Não está fiscalizando.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	66



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31, 05 / 2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.372/09

Autor: Deputado(a): Benedito Domingos

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		15	01		08	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. Dr. Michel

ASSP
Nº _____ / _____
Fls.º _____

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		

CONSOLIDADO POR <u>1387</u>	ASSP/____Nº____/____
ASSINATURA <u>[assinatura]</u>	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 1.372, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.720, de 2010, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “veda a instalação dos equipamentos que especifica em vias públicas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 1.720/2010, que “Veda a instalação dos equipamentos que especifica em vias públicas do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATOR: DEPUTADO JOE VALLE

Com a Mensagem nº 47/2011-GAG, de 2 de março p.p., o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa que, nos termos do disposto no art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetou** o Projeto de Lei nº 771/2003, de autoria da Deputada Erika Kokay.

De acordo com o art. 1º da redação final do projeto, fica vedada a instalação, nas vias públicas do Distrito Federal, de semáforos desprovidos de temporizador para contagem regressiva do tempo entre as mudanças de fase do equipamento.

Determina o parágrafo único do artigo 1º que o prazo para adaptação será de 3 (três) anos

O art. 3º da proposição determina que a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da lei caberá à entidade gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1720 / 2010
Fls. n.º 18



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

2

A proposição foi aprovada sem emendas pelas Comissões de Economia Orçamento e Finanças e Constituição e Justiça. O mesmo ocorreu em Plenário, em primeiro e segundo turnos. A Redação Final da Proposição foi encaminhada ao Governador, em 9 de fevereiro p.p., para os fins do art. 74, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao cuidar da matéria, o Governador vetou o projeto, por entender haver inconstitucionalidade na iniciativa parlamentar, com fulcro no **artigo 22, inciso XI e parágrafo único¹, da Constituição Federal**.

Eis as considerações que julgamos pertinentes e necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA CHICO LEITE
PRESIDENTE


DEPUTADO JOE VALLE
RELATOR

¹ Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI - trânsito e transporte;

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1720 / 2010
Fls. nº 19



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação a V.Exa., pois estou buscando de minha assessoria informações e eles não têm em mãos. Eu gostaria de saber da assessoria da Mesa se é possível me esclarecer que equipamentos são esses para que eu possa fundamentar meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Vigilante, até entendo a posição de V.Exa., mas nós estamos em processo de votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, já verifiquei aqui. Votarei seguindo o Colégio de Líderes, mas eu queria pedir a V.Exa. – me parece que a questão é de vício de origem – que encarecêssemos ao Governo do Distrito Federal para que mandasse um projeto do Poder Executivo, pois se trata da instalação daqueles sinaleiros que existem em várias cidades modernas do mundo e do Brasil com sonorizadores. Há o sinaleiro com sonorizador para as pessoas deficientes visuais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Chico Vigilante. Isso pode ser construído com as Lideranças. Lembro aos parlamentares que há acordo do Colégio de Líderes para a manutenção do veto.

Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	71



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31, 05 / 2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1720/10

Autor: Deputado(a): Erika Polkax.

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Joe Valle.

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		15			09	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL	ASSP Nº _____ / _____ Fls.º _____
------	----------------------------	---

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		

CONSOLIDADO POR M. P. M. P.	ASSP/ Nº _____ / _____
ASSINATURA	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 1.720, de 2010.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 915, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre o cadastro de meninos e meninas de rua no Distrito Federal”.

Na ausência do Relator, o Deputado Aylton Gomes, solicito ao Deputado Wellington Luiz que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	73



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº.

/2011

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 915/2008
21.05.2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº. 915/2008, que “Dispõe sobre o Cadastro de Meninos e Meninas no Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado ~~AYLTON GOMES~~

Wellington Luiz

I – RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº. 48/2011-GAG, de 02.03.2011, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do art. 74, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei nº. 915/2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, tem por objetivo a instituição de um cadastro, possibilitando uma melhor avaliação da situação de meninos e meninas de rua e o alcance dos programas sociais criados com a finalidade de solucionar o problema de exclusão social.

A proposição tramitou nesta Casa pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça.

Tendo sido, portanto, aprovada na forma regimental, foi à proposição, nos termos do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, para sanção.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que, a despeito dos louváveis propósitos da ilustre parlamentar, certo é que o projeto sob exame, quanto aos seus aspectos jurídicos, não merece ser acolhido, porquanto contrário aos parâmetros, de índole constitucional, aplicáveis ao tema objeto da proposta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	74



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL. n.º 915 / 2008
22.11.07

A proposição em comento revela inconstitucionalidade, ao obrigar o Governo do Distrito Federal a manter cadastro com o número e a situação dos meninos e meninas de rua do Distrito Federal, além de determinar a celebração de convênios com instituições governamentais e não governamentais, a proposta cria atribuições para órgãos da administração distrital, tratando de tema cuja iniciativa para legislar é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Viola, pois, o que disposto nos arts. 53; 71, § 1º, inciso I; e 100, inciso VI, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Assim, o Chefe do Poder Executivo conclui que é flagrante a inconstitucionalidade formal da proposta sob análise, com fulcro nos artigos 53; 71, § 1º, inciso I; e 100, inciso VI, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Comissões, em

Deputado CHICO LEITE
Presidente

Deputado AYLTON GOMES
Relator

"ad hoc" Wellington



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembramos que há um acordo de Líderes pela derrubada do veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta votação agora é uma demonstração de que os acordos que fazemos são cumpridos. Mesmo a Deputada não estando aqui, nós estamos votando pela derrubada do veto porque nós somos cumpridores dos entendimentos que fazemos. Portanto, eu votarei pela derrubada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	76



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31/05/2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 915/08

Autor: Deputado(a): Eliana Pedrosa

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL		X			
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB		X			
	JOE VALLE	PSB		X			
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS		X			
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X			
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT		X			
	RÔNEY NEMER	PMDB		X			
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X			
	WASNY DE ROURE	PT		X			
	WELLINGTON LUIZ	PSC		X			
	PATRÍCIO	PT		X			
	TOTAL			15		09	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL

ASSP
Nº 1
Fls.º

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	15	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		

CONSOLIDADO POR	ASSP/ Nº 1
ASSINATURA	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Até que o próximo relator assuma a tribuna, eu solicito a V.Exa. a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 203, aprovado hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa. É um projeto antigo que foi votado com amplo consenso na Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que providencie a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 203.

Item nº 8:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 684, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera o art. 7º da Lei nº 4.060, de 18 de dezembro de 2007, que define sanções a serem aplicadas pela prática de maus tratos a animais e dá outras providências”.

Na ausência do Relator, o Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Wellington Luiz que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	78



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 684/2008

Fls. n.º 030 M-11-971

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 684/08, que *altera o art. 7º da Lei n.º
4.060, de 18 de dezembro de 2007, que define
sanções a serem aplicadas pela prática de
maus tratos a animais e dá outras
providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Wellington Luiz

Pela Mensagem nº 49/2011-GAG (fls. 26/27), o Chefe do Poder
Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º
684, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.)

Inicialmente, faço um apanhado do texto contido na proposição vetada.

A proposição, em seu artigo 1º, faz a alteração noticiada em sua
ementa, tratando de normas relativas a animais apreendidos. Durante a tramitação,
foram apresentadas duas emendas, a primeira alterando a redação originalmente
proposta para o §3º do artigo 7º da Lei n.º 4060/07 e a segunda inserindo-lhe os
artigos 2º a 4º.

O artigo 2º institui no Distrito Federal o Programa Permanente de
Controle Reprodutivo de Cães e Gatos; o artigo 3º autoriza o Poder Executivo a
contratar médicos veterinários constantes do cadastro de aprovados no concurso
regido no Edital n.º 1 – SEPLAG/SEAPA, de 19.06.2009, Cargo 7: Analista de
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária – Especialidade: Médico Veterinário; o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2
RL n.º 684 / 2008
Fls. n.º 031 M. 11-971

artigo 4º confere autonomia administrativa aos órgãos de proteção à saúde animal e de vigilância ambiental para contratarem estagiários junto às instituições de ensino superior localizadas no Distrito Federal.

Nesta Casa, o projeto recebeu pareceres favoráveis em plenário da Comissão de Educação e Saúde (fls. 11) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 14).

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado. Quanto às razões, S. Exa. assim se manifestou:

"A despeito dos louváveis propósitos dos ilustres parlamentares, certo é que o projeto sob exame, quanto aos seus aspectos jurídicos, não merece ser acolhido, porquanto contrário aos parâmetros, de índole constitucional, aplicáveis ao tema objeto da proposta.

Com efeito, ao instituir o Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos, cria atribuições para órgãos da administração distrital, tratando de tema cuja iniciativa para legislar é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Viola, pois, o que disposto nos arts. 53, 71, §1º, inciso I, e 100, inciso VI, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal." (fls. 26)

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator


ad hoc
Dep. Wellington
Suiz



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	05	2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Existe um acordo do Colégio de Líderes pela derrubada do veto, pelo voto “não”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	81



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31/05/2011

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 684/08

Autor: Deputado(a): Eliana Pedrosa ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL		X			
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB		X			
	JOE VALLE	PSB		X			
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS		X			
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X			
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT		X			
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X			
	WASNY DE ROURE	PT		X			
	WELLINGTON LUIZ	PSC		X			
	PATRÍCIO	PT		X			
	TOTAL			14		10	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL

ASSP
Nº 1
Fls.º

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		

CONSOLIDADO POR Assinatura	1380 MAT.	ASSP/ Nº 1 FOLHA Nº
-------------------------------	--------------	------------------------



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 9:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de ocupação e uso do solo para o Parque de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no Pólo 7 do Projeto Orla, Trecho 3 do Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I”.

Na ausência do Relator, o Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Wellington Luiz que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	83



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 109/08, que *estabelece índices de ocupação e uso do solo para o Parque de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no Pólo 7 do Projeto Orla, Trecho 3 do Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I*

Relator: Deputado Chico Leite

Wellington Luiz

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC n.º 109/08
Fls. n.º 303 - 18 - 1625

Pela Mensagem nº 61/2011-GAG (fls. 898/900), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei Complementar n.º 109, de 2008, de autoria do Poder Executivo.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu um substitutivo, com pareceres favoráveis por parte da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 888) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 892). Após as modificações operadas pelas emendas, a redação final ficou na forma acostada a fls. 894.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**. Quanto ao conteúdo vetado, S. Exa. assim se manifestou:

"Primeiramente verifica-se no projeto de Lei Complementar 109/2008, que dispõe sobre os usos e as atividades para o Parque de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal no Polo 7 do Projeto Orla, Trecho 3, do Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, na Região Administrativa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

2

Plano Piloto – **RA I**, está eivado de **vício formal** de iniciativa, vez que o projeto de lei foi proposto pelo Poder Executivo, originariamente, e posteriormente foi totalmente substituído por outro de iniciativa parlamentar, isto é, alterando totalmente o conteúdo e a finalidade do projeto original, ressaltado que é de competência exclusiva do Poder Executivo administrar, coordenar, alienar, dispor e planejar os bens imóveis do Distrito Federal.

Quanto a **inconstitucionalidade material** está explícita no texto do Projeto de Lei Complementar substitutivo, pois restringe a implantação de atividades de Televisão Digital e equipamentos, confrontando diretamente com o disposto na Lei Complementar 722, de 30 de janeiro de 2006, vez que esta não foi expressamente revogada, como se previa no Projeto original enviado pelo Poder Executivo.

Assim, também, o Projeto de LC nº 109/2008 restringe a implantação de atividades de televisão digital e de equipamentos institucionais, enquanto que a LC nº 722/2006 amplia para outras atividades, tais como: *tem por objetivo fomentar a implantação e otimizar a capacitação científica de centros de referências em desenvolvimento humano, pesquisa, estudos, ensino, educação e saúde* do Distrito Federal. Isto gera um conflito legislativo, daí a razão jurídica e a necessidade de se revogar a LC nº 722/2006.

Ademais, o Projeto de LC nº 109/2008 também contraria o art. 66, § 1º, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências, que considerou a área geográfica - Polo 7 do Projeto Orla, Trecho 3, do Setor de Clubes Esportivo Sul - SCES, na Região Administrativa do Plano Piloto, **zona tombada como Patrimônio Histórico Nacional e reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, impossibilitando a alteração de gabarito na região do SCES.**" (fls. 899)

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PLC nº 109/08

Fls. n.º 904 - 1675

ad hoc
Dep-Wellington
Luiz



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	05	2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Existe um acordo do Colégio de Líderes pela manutenção do veto, pelo voto “sim”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	86



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31/05/2011

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 109/08
☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): ☒ Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	-			X	
	AYLTON GOMES	PR	-			X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	-			X	
	CELINA LEÃO	PMN	-			X	
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	-			X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	-			X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB	-			X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	-			X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	-			X	
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		14			10	

ASSP SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA MAT. ASSP/ Nº 1 FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 10:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 785, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de processo de sanitização nos locais que especifica”.

Na ausência do Relator, o Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Wellington Luiz que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	88



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 785/08, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de processo de sanitização nos locais que especifica*

Relator: Deputado Chico Leite

Wellington Luiz

Pela Mensagem nº 68/2011-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 785, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que objetiva tornar obrigatória a realização de sanitização em locais fechados de acesso coletivo em todo Distrito Federal.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu parecer favorável, com uma Emenda modificativa da relatora, que alterou a redação do art. 2º, em sua análise na Comissão de Educação e Saúde, e parecer pela admissibilidade com a emenda da CES, na análise da Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto de lei foi aprovado em Plenário, nas sessões de 16 e 17 de dezembro, e, após a modificação operada pela emenda, a redação final ficou na forma acostada às fls. 15/16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**. Em suas razões, assim se manifestou S. Exa.:

"A despeito do propósito do ilustre parlamentar proponente certo é que o Projeto de Lei sob exame, quanto aos seus aspectos jurídicos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

2

administrativos e políticos, não merece ser acolhido, porquanto contrário ao interesse público.

As regras locais existentes determinam que a responsabilidade de proceder a higienização e sanitização dos locais mencionados é da própria empresa comercial ou industrial, pois essas empresas devem obedecer a regras rígidas do processo de fabricação ou manipulação de produtos que produzem risco à saúde e necessitam de controle especial de segurança sanitária. Além disso, a higienização e a sanitização são atividades dinâmicas, contínuas, que requerem profissional especializado, de alta capacidade técnica para realização da atividade que exige supervisão sistemática, de total responsabilidade do produtor e fabricante ou do prestador de serviço. Cabe a eles decidir se querem realizar as atividades de sanitização ou contratar empresas privadas para executá-las.

Ressalto que tal preocupação está em consonância com as finalidades do controle sanitário dos estabelecimentos de interesse da vigilância sanitária, o qual já possui normas legais de fiscalização e obrigatoriedade da higienização nos locais descritos no Projeto de Lei. Nas empresas de alimentação, por exemplo, os dispositivos federais, tais como **Decreto-lei nº 986/69, Portaria SVS/MS nº 326/98, Resolução Anvisa nº 275/02 e a Resolução Anvisa nº 216/2004, conjugados à legislação do Distrito Federal (decreto nº 32.568, de 09-12-2010) se encarregam de explorar o tema.** No campo das indústrias de medicamentos, cosméticos e de saneantes existem regras sobre Boas Práticas de Fabricação, instituídas e que dispõem sobre os procedimentos de sanitização e higienização a serem implementados nesses locais.

Ante as razões já expostas, comunico que votei totalmente o Projeto de Lei nº 785/2008, pugnando pela manutenção do VETO TOTAL por essa Casa."

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 785 / 08
Fis. nº 23



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência informa a todos os Parlamentares que este item não foi discutido pelo Colégio de Líderes. Portanto, solicito aos Líderes que façam o encaminhamento quanto à votação.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo que o veto tem que ser mantido.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	91



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31/05/2011

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 785/08

Autor: Deputado(a): Wellington Luiz

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	WELLINGTON LUIZ	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		14			10	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. DA MESA

ASSP

Nº 1
Fls. °

VOTOS "SIM"

VETO MANTIDO

VOTOS "NÃO"

VETO REJEITADO

ABSTENÇÃO

AUSÊNCIAS

10

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	92

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 10:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.639, de 2010, de autoria dos Deputados Jaqueline Roriz, Milton Barbosa e Patrício, que “cria o Programa Comer com Arte nos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal”.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz que emita o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.639/10, que *cria o programa Espaço Cultural nos restaurantes comunitários do Distrito Federal*, ao qual foi apenso, para tramitação conjunta, o PL 1697/10, *que institui o projeto comer com arte, nos restaurantes comunitários do Distrito Federal*.

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~

Wellington Luiz

Pela Mensagem nº 67/2011-GAG (fl. 23), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 1639, de 2010, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que objetiva criar programa cultural nos restaurantes comunitários do Distrito Federal.

À proposição foi apenso o Projeto de Lei 1697/2010, dos Deputados Milton Barbosa e Patrício, com objetivo análogo, para tramitação conjunta, por requerimento da Deputada Jaqueline Roriz (fl. 04).

Durante sua tramitação, os Projetos foram aprovados, na forma de substitutivo (fl.06) pela Comissão de Assuntos Sociais, e considerados admissíveis, também na forma do substitutivo da CAS, pela Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1639 / 10

Fls. nº 25 / 18



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

2

O projeto de lei foi aprovado em Plenário, nas sessões de 16 e 17 de dezembro, e, após a modificação operada pelo substitutivo, a redação final ficou na forma acostada à fl. 18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**. Em suas razões, assim se manifestou S. Exa.:

"A despeito dos louváveis propósitos da ilustre parlamentar, certo é que o projeto sob exame é inconstitucional porque versa sobre a utilização e administração de bens públicos.

É cediço que apenas projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo pode tratar do tema em questão, nos termos dos arts. 52 e 100, VI, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Dessa forma, não há como cancelar a iniciativa parlamentar, ante a existência de vício de inconstitucionalidade formal, ensejando, assim, a aposição de VETO ao aludido projeto.

Ante as razões acima, **comunico que vetei o Projeto de Lei 1.639/2010**, com fulcro no artigo 74 §1º, da Lei Orgânica do Distrito, pugnando pela manutenção do **VETO** por essa egrégia Casa."

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

ad hoc



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência informa que foi feito um acordo, no plenário, com os Líderes, pela derrubada do veto.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	96



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 31/05/2011

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.639/10

Autor: Deputado(a): Jaqueline Rony e outros

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CELINA LEÃO	PMN				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL		X			
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	EVANDRO GARLA	PRB		X			
	JOE VALLE	PSB		X			
	LILIANE RORIZ	PRTB				X	
	LUZIA DE PAULA	PPS		X			
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X			
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	REJANE PITANGA	PT		X			
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X			
	WASNY DE ROURE	PT		X			
	WELLINGTON LUIZ	PSC		X			
	PATRÍCIO	PT		X			
	TOTAL			14		10	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. DR. MICHEL	ASSP Nº 1 Fls.º
------	----------------------------	--------------------

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO X
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	10	

CONSOLIDADO POR	ASSP/ Nº 1
ASSINATURA	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	97

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que apreciemos o item nº 12, bem como o item nº 13, de que sou Relator. Além desses, solicito também a votação do Projeto de Lei nº 203. O item nº 14 necessita de 16 votos favoráveis para prosperar e trata-se de uma matéria importante, portanto solicito que seja transferido.

Sr. Presidente, são essas as observações que faço. Solicito que possamos iniciar a apreciação do item nº 13.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Passaremos à apreciação dos itens nºs 12 e 13. O item nº 14 ficará para a sessão de amanhã.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 122, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 3.700.180,00 (três milhões e setecentos mil, cento e oitenta reais)”.

Esta Presidência informa que a matéria tem tramitação concluída. No entanto, recebeu 35 emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao do Projeto de Lei nº 122, de autoria do Poder Executivo, de 2011, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 3.700.180,00 (três milhões e setecentos mil, cento e oitenta reais)”.

Sr. Presidente, nos termos do inciso II, letra b, do art. 64, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	98

analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais.

A emenda apresentada objetiva dar maior transparência ao controle de emendas apresentadas pelos deputados distritais ao Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como aos eventuais projetos de lei de créditos adicionais que tramitarem alterando a Lei Orçamentária Anual. Além disso, o § 4º, ao proibir o contingenciamento de programas de trabalho inseridos na Lei Orçamentária Anual por emenda parlamentar, auxilia no processo de execução orçamentário-financeira desses recursos.

As Emendas Aditivas nºs 1, 2 e 30, de autoria do Deputado Benício Tavares, e a emenda nº 35, de autoria do Deputado Benedito Domingos, apresentadas no âmbito da CEOF, estão prejudicadas, uma vez que os objetos afetos às emendas encontram-se em superposição a emendas apresentadas pelos mesmos autores em plenário.

Em relação às emendas apresentadas em plenário, voto pela admissibilidade e aprovação da Emenda Aditiva nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei nº 122/2011, bem como das demais emendas aditivas à despesa orçamentária, conforme Tabela II:

Emenda nº 02 – autor: Deputado Benício Tavares, aprovada na forma de subemenda de Relator; Emenda nº 03 – autor: Deputado Benedito Domingos, aprovada; Emenda nº 04 – autor: Deputado Agaciel Maia, retirada; Emenda nº 05 – autor: Deputado Agaciel Maia, retirada; Emenda nº 06 – autor: Deputado Benedito Domingos, aprovada; Emenda nº 07 – autor: Deputado Benício Tavares, rejeitada; Emenda nº 08 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 09 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 10 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 11 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 12 – autor: Deputado Benício Tavares, aprovada; Emenda nº 13 – autor: Deputado Aylton Gomes, aprovada; Emenda nº 14 – autor: Deputado Aylton Gomes, retirada; Emenda nº 15 – autor: Deputado Benedito Domingos, aprovada; Emenda nº 16 – autor: Deputado Benedito Domingos, aprovada; Emenda nº 17 – autora: Deputada Liliane Roriz, aprovada; Emenda nº 18 – autora: Deputada Liliane Roriz, aprovada; Emenda nº 19 – autor: Deputado Aylton Gomes, aprovada; Emenda nº 20 – autor: Bloco PT/PRB, aprovada; Emenda nº 21 – autor: Deputado Benício Tavares, aprovada; Emenda nº 22 – autor: Deputado Benício Tavares, aprovada em forma de subemenda de Relator; Emenda nº 23 – autor: Deputado Benício Tavares, aprovada; Emenda nº 24 – autor: Deputado Benício Tavares, rejeitada; Emenda nº 25 – autor: Deputado Benício Tavares, aprovada; Emenda nº 26 – autor: Deputado Agaciel Maia, rejeitada; Emenda nº 27 – autor: Deputado Washington Mesquita, aprovada; Emenda nº 28 – autor: Deputado Cláudio Abrantes, aprovada; Emenda nº 29 – autor: Deputada Eliana Pedrosa, aprovada; Emenda nº 30 – autor: Deputado Chico Vigilante, aprovada; Emenda nº 31 – autor: Deputado Cristiano Araújo, aprovada;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	99

Emenda nº 32 – autor: Deputado Joe Valle, aprovada; Emenda nº 33 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 34 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 35 – autor: Deputado Patrício, aprovada; Emenda nº 36 – autor: Deputado Agaciel Maia, aprovada; Emenda nº 37 – autor: Deputado Benedito Domingos, aprovada; Emenda nº 38 – autor: Deputado Benedito Domingos, aprovada.

A subemenda, Sr. Presidente, à Emenda nº 02, do Deputado Benício Tavares, corrige a Emenda nº 02 com a de nº 22.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Proferido o parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber do Líder do Governo e de V.Exa. se há acordo com os demais Líderes para votarmos o segundo turno do crédito suplementar, tendo em vista que tem 34 emendas de parlamentares e o segundo turno daria celeridade no trâmite da redação final. Então, eu gostaria de saber de V.Exa. se há acordo dos parlamentares para votar o crédito em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a questão de ordem de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2011	15h20min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	100

Retificando, conforme os artigos 175 e 176 do Regimento Interno, de acordo com o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, declaro prejudicadas as emendas nºs 1, 2, 30 e 35 do Projeto de Lei nº 122/2011.

Solicito ao Deputado Dr. Michel que faça a chamada do Projeto de Lei nº 203, de 2011, item extrapauta, solicitado pelo Líder do Governo. O projeto já teve a tramitação concluída, então vou colocá-lo em discussão em primeiro turno.

Deputado Dr. Michel, faça a chamada. Já teve a tramitação concluída, inclusive na CEOF, e está pronto para votação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Item extrapauta da sessão ordinária de terça-feira, 31 de maio, de 2001, às 15 horas.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 203, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 69.166.608,00 (sessenta e nove milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e oito reais).”

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão, em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 105, de 7/6/2011, juntamente com a ata sucinta da 49ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Convoco sessão extraordinária para votação do Projeto de Lei nº 203, de 2011, que é um crédito, e para votação dos demais itens de pauta da sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h09min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 113 – Suplemento, de 17/6/2011.